



Demonstrações Financeiras **Consolidadas**

31 de março de 2019

REN – Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.

ÍNDICE

1. DESEMPENHO FINANCEIRO	2
1 RESULTADOS DO 1º TRIMESTRE DE 2019	2
2 RAB MÉDIO E INVESTIMENTO	5
2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	7
3. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2019	12
1 INFORMAÇÃO GERAL	12
2 BASES DE PREPARAÇÃO	15
3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	15
4 INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS	17
5 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E ATIVOS INTANGÍVEIS	20
6 GOODWILL	24
7 PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS	24
8 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO	26
9 CLASSIFICAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS	30
10 INVESTIMENTOS EM INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO A JUSTO VALOR POR OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL	31
11 CLIENTES E OUTRAS CONTAS A RECEBER	33
12 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS	34
13 CAIXA E SEUS EQUIVALENTES	37
14 CAPITAL SOCIAL, AÇÕES PRÓPRIAS E PRÉMIO DE EMISSÕES DE AÇÕES	37
15 RESERVAS E RESULTADOS ACUMULADOS	38
16 EMPRÉSTIMOS OBTIDOS	38
17 OBRIGAÇÕES DE BENEFÍCIOS DE REFORMA E OUTROS	40
18 PROVISÕES PARA OUTROS RISCOS E ENCARGOS	41
19 FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR	42
20 VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	43
21 RENDIMENTOS E GASTOS DE CONSTRUÇÃO	43
22 OUTROS RENDIMENTOS OPERACIONAIS	44
23 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	44
24 GASTOS COM PESSOAL	45
25 OUTROS GASTOS OPERACIONAIS	45
26 GASTOS DE FINANCIAMENTO E RENDIMENTOS FINANCEIROS	46
27 CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA SOBRE O SETOR ENERGÉTICO	46
28 RESULTADO POR AÇÃO	47
29 DIVIDENDOS POR AÇÃO	47
30 ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES	47
31 PARTES RELACIONADAS	48
32 EVENTOS SUBSEQUENTES	51

1. DESEMPENHO FINANCEIRO

1 RESULTADOS DO 1º TRIMESTRE DE 2019

Nos primeiros 3 meses de 2019, o resultado líquido do Grupo REN ascendeu a 13,2 milhões de Euros, um crescimento de 0,2 milhões de Euros (+1,3%) face ao período homólogo do ano anterior. Para esta evolução contribuiu o bom desempenho do resultado financeiro que registou um crescimento de 1,1 milhões de Euros, a redução de 0,9 milhões de Euros na Contribuição Extraordinária sobre o Setor Energético (refletindo a redução da base de ativos sobre a qual o imposto incide), e a evolução positiva do negócio de Distribuição de Gás Natural que registou um crescimento de 0,3 milhões de Euros no EBIT (+0,5 milhões de Euros no EBITDA). Por outro lado, o negócio de Transporte de Eletricidade e Gás Natural registou uma redução de 3,2 milhões de Euros no EBIT (-3,5 milhões de Euros em EBITDA).

Importa referir ainda que, a Contribuição Extraordinária sobre o Setor Energético continua a refletir-se nos resultados de 2019, à semelhança dos anos anteriores (24,4 milhões de Euros em 2019 e 25,3 milhões de Euros em 2018¹).

O investimento do Grupo situou-se nos 16,8 milhões de Euros, um crescimento de 21,1% (2,9 milhões de Euros), e as transferências para RAB aumentaram 1,5 milhões de Euros face aos primeiros 3 meses de 2018 para os 3,7 milhões de Euros. O RAB médio apresentou um decréscimo de 134,7 milhões de Euros (-3,5%), situando-se nos 3.743,0 milhões de Euros.

O custo médio de financiamento manteve-se inalterado nos 2,3% quando comparado com o período homólogo do ano anterior, e a dívida líquida situou-se nos 2.613,9 milhões de Euros, uma redução de 1,1% (-29,8 milhões de Euros) face ao mesmo período do ano anterior.

Principais Indicadores (milhões de Euros)	Março 2019	Março 2018	Var. %
EBITDA	125,3	128,4	-2,4%
Resultado financeiro ²	-15,5	-16,6	6,8%
Resultado líquido ¹	13,2	13,1	1,3%
Resultado líquido recorrente	37,6	38,4	-2,0%
Capex total	16,8	13,9	21,1%
Transferências para RAB ³ (a custos históricos)	3,7	2,2	66,4%
RAB médio (a custos de referência)	3.743,0	3.877,8	-3,5%
Dívida líquida	2.613,9	2.643,7	-1,1%
Custo médio da dívida	2,3%	2,3%	0,0p.p.

¹ A Contribuição Extraordinária sobre o Setor Energético foi reconhecida integralmente no primeiro trimestre de 2019 e 2018, de acordo com as recomendações da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários.

² O custo líquido de 0,1 milhões de Euros a março de 2019 e 0,4 milhões de Euros a março de 2018 decorrente dos Leilões de capacidade na interligação elétrica entre Espanha e Portugal – denominado FTR (*Financial Transaction Rights*), foram reclassificados de resultados financeiros para Proveitos.

³ Inclui aquisições diretas (RAB related).

Resultado operacional – EBITDA

Negócio de Transporte de Eletricidade e Gás Natural

O EBITDA dos primeiros 3 meses de 2019, situou-se nos 114,0 milhões de Euros, um decréscimo de 3,0% (3,5 milhões de Euros) face ao período homólogo do ano anterior.

EBITDA - TRANSPORTE (MILHÕES DE EUROS)	Março 2019	Março 2018	VAR.%
1) Proveitos de Ativos	102,0	104,2	-2,1%
Remuneração do RAB	41,5	44,2	-6,0%
Remuneração de terrenos	0,0	0,1	-100,0%
Renda dos terrenos da zona de proteção	0,2	0,2	-1,2%
Incentivo à racionalidade económica dos investimentos	6,3	5,4	15,8%
Recuperação de amortizações (líquidas de subsídios ao investimento)	49,5	49,8	-0,6%
Amortização dos subsídios ao Investimento	4,5	4,5	-0,9%
2) Proveitos de Opex	26,2	26,8	-2,3%
3) Outros proveitos	6,1	7,1	-14,2%
4) TPE's (capitalizados no Investimento)	3,9	3,7	5,7%
5) Rendimentos de construção (excl. TPE's capitalizados no investimento) - Ativos Concessionados	9,2	6,4	44,2%
6) OPEX	24,1	24,2	-0,4%
Custos com Pessoal ⁴	12,5	12,1	3,4%
Custos Externos	11,6	12,1	-4,2%
7) Gastos de Construção - Ativos Concessionados	9,2	6,4	44,2%
8) Provisões	0,0	0,0	n.m.
9) Imparidades	0,1	0,1	0,0%
10) EBITDA (1+2+3+4+5-6-7-8-9)	114,0	117,5	-3,0%

A contribuir para a evolução desfavorável do EBITDA esteve:

- A redução de 2,7 milhões de Euros (-6,0%) na remuneração da base de ativos regulada, explicada por:
 - Redução de 1,7 milhões de Euros na remuneração dos ativos regulados do setor de transporte de eletricidade, refletindo (i) a redução na taxa de remuneração (RoR) base de 5,2% em março de 2018 para 5,1% em março de 2019, refletindo a redução verificada nas taxas de juro das Obrigações do Tesouro da República Portuguesa a 10 anos e (ii) a redução de 80,9 milhões de Euros (-3,8%) no RAB médio;
 - Redução de 1,0 milhões de Euros na remuneração dos ativos regulados do setor de transporte de Gás Natural, refletindo (i) a redução na taxa de remuneração (RoR) base de 5,5% em março de 2018 para 5,4% em março de 2019, refletindo a redução verificada nas taxas de juro das Obrigações do Tesouro da República Portuguesa a 10 anos e (ii) a redução de 45,3 milhões de Euros (-4,3%) no RAB médio.
- A redução de 1,0 milhões de Euros (-14,2%) em outros proveitos, dos quais -1,5 milhões de Euros no Incentivo Permitido da REN Trading, parcialmente compensado pela evolução positiva dos resultados reconhecidos com a participação de 42,5% no capital da Electrogas (+0,5 milhões de Euros);
- A redução de 0,6 milhões de Euros (-2,3%) nos Proveitos de Opex.

⁴ Inclui custos com formação e seminários

Por outro lado, destacam-se os seguintes efeitos positivos:

- Aumento de 0,9 milhões de Euros (+15,8%) no Incentivo à Racionalização Económica dos Investimentos;
- Redução de 0,1 milhões de Euros no opex (-0,4%), refletindo a redução de 0,5 milhões de Euros (-4,2%) em custos externos, parcialmente compensada pelo aumento de 0,4 milhões de Euros (3,4%) em custos com pessoal.

Negócio de Distribuição de Gás Natural

O EBITDA dos primeiros 3 meses de 2019, situou-se nos 11,4 milhões de Euros, um aumento de 4,4% (0,5 milhões de Euros) face ao período homólogo do ano anterior.

A contribuir favoravelmente para a evolução do EBITDA esteve:

- A redução de 0,9 milhões de Euros no opex (-12,0%), refletindo a redução de 0,2 milhões de Euros em custos com pessoal e -0,7 milhões de Euros em custos externos. A redução registada em custos externos resulta parcialmente da ausência de custos com o negócio de GPL em 2019 resultante da venda deste negócio em julho de 2018;
- O aumento de 0,4 milhões de Euros em Proveitos de opex.

Por outro lado, a compensar estes efeitos esteve:

- A redução de 0,7 milhões de Euros registada em outros proveitos, fruto da ausência de proveitos do negócio de GPL em 2019 resultante da venda deste negócio em julho de 2018.

EBITDA - DISTRIBUIÇÃO (MILHÕES DE EUROS)	Março 2019	Março 2018	VAR.%
1) Proveitos de Ativos	10,0	10,1	-0,9%
Remuneração do RAB	6,7	6,8	-1,4%
Recuperação de amortizações (líquidas de subsídios ao investimento)	3,3	3,3	0,0%
2) Proveitos de Opex	7,2	6,8	6,1%
3) Outros proveitos	0,1	0,7	-92,7%
4) TPE's (capitalizados no Investimento)	0,6	0,5	5,4%
5) Rendimentos de construção (excl. TPE's capitalizados no investimento) - Ativos Concessionados	3,2	3,3	-4,0%
6) OPEX	6,4	7,3	-12,0%
Custos com Pessoal ⁵	1,1	1,3	-15,3%
Custos Externos	5,3	6,0	-11,3%
7) Gastos de Construção - Ativos Concessionados	3,2	3,3	-4,0%
8) Provisões	0,0	0,0	n.m.
9) Imparidades	0,0	-0,1	-100,0%
10) EBITDA (1+2+3+4+5-6-7-8-9)	11,4	10,9	4,4%

⁵ Inclui custos com formação e seminários

Resultado líquido

Nos primeiros 3 meses de 2019, o resultado líquido situou-se nos 13,2 milhões de Euros, um aumento de 0,2 milhões de Euros (+1,3%) face ao mesmo período do ano anterior. Este crescimento refletiu: (i) o aumento de 1,1 milhões de Euros do resultado financeiro (+6,8%), para o qual contribuiu a redução da dívida líquida para 2.613,9 milhões de Euros (-29,8 milhões de Euros; -1,1%), tendo-se mantido o custo médio da dívida nos 2,3%; e (ii) a redução de 0,9 milhões de Euros na Contribuição Extraordinária sobre o Setor Energético, refletindo a redução da base de ativos sobre a qual incide a contribuição. Por outro lado, o EBITDA do Grupo registou uma redução de 3,0 milhões de Euros (-2,4%), impactado pela redução no negócio de Transporte de Eletricidade e Gás Natural (-3,5 milhões de Euros), apesar da evolução positiva do negócio de Distribuição de Gás Natural (+0,5 milhões de Euros).

Quando expurgado de efeitos não recorrentes, o Resultado Líquido Recorrente dos primeiros 3 meses de 2019 apresentou um decréscimo de 0,8 milhões de Euros (-2,0%). Os itens não recorrentes considerados nos primeiros 3 meses de 2019 e 2018 são os seguintes:

- i) Em 2019: i) Contribuição Extraordinária sobre o Setor Energético definida no Orçamento de Estado para 2019 (24,4 milhões de Euros);
- ii) Em 2018: i) Contribuição Extraordinária sobre o Setor Energético definida no Orçamento de Estado para 2018 (25,3 milhões de Euros).

RESULTADO LÍQUIDO (MILHÕES DE EUROS)	Março 2019	Março 2018	VAR.%
EBITDA	125,3	128,4	-2,4%
Depreciações e amortizações	58,5	58,7	-0,2%
Resultado financeiro	-15,5	-16,6	6,8%
Imposto do Exercício	13,7	14,7	-6,8%
Contribuição Extraordinária s/ Setor Energético ⁶	24,4	25,3	-3,7%
Resultado Líquido	13,2	13,1	1,3%
Itens não recorrentes	24,4	25,3	-3,7%
Resultado Líquido Recorrente	37,6	38,4	-2,0%

2 RAB MÉDIO E INVESTIMENTO

Nos primeiros 3 meses de 2019, o investimento ascendeu a 16,8 milhões de Euros, um crescimento de 21,1% (+2,9 milhões de Euros) face ao mesmo período do ano anterior, e as transferências para RAB situaram-se nos 3,7 milhões de Euros, um aumento de 1,5 milhões de Euros.

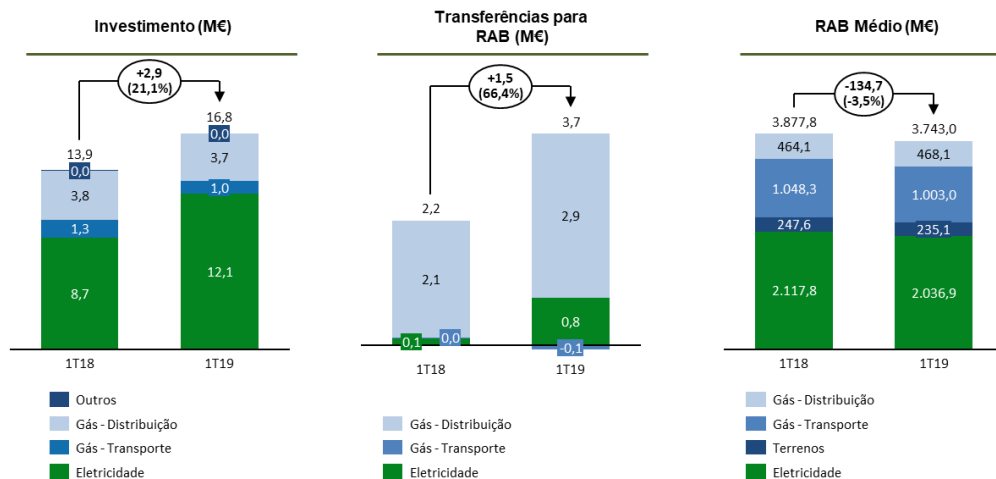
No setor da eletricidade, o investimento ascendeu a 12,1 milhões, um aumento de 39,1% face ao mesmo período de 2018, destacando-se o investimento realizado no projeto de construção do cabo submarino para ligação à rede da central eólica offshore (Windfloat) na zona piloto de Viana do Castelo (1,2 milhões de Euros). As transferências para RAB ascenderam a 0,8 milhões de Euros um crescimento de 0,7 milhões de euros face ao mesmo período de 2018.

No setor do Transporte de Gás Natural o investimento ascendeu a 1,0 milhões de Euros, uma redução de 27,6% face ao mesmo período do ano anterior, e as transferências para RAB reduziram 0,1 milhões de Euros face aos primeiros 3 meses do ano anterior.

No setor da Distribuição de Gás Natural, o investimento ascendeu a 3,7 milhões de Euros, com cerca de 42% aplicados na captação de novos pontos de abastecimento e cerca de 37% na expansão das redes de distribuição.

⁶ A Contribuição Extraordinária sobre o Setor Energético foi reconhecida integralmente no primeiro trimestre de 2019 e 2018, de acordo com as recomendações da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários

O RAB médio situou-se nos 3.743,0 milhões de Euros, uma redução de 134,7 milhões de Euros (-3,5%) face ao período homólogo do ano anterior. No setor da eletricidade, o RAB médio (excl. terrenos) ascendeu a 2.036,9 milhões de Euros (-80,9 milhões de Euros, -3,8%), dos quais 1.102,3 milhões de Euros em ativos com prémio, enquanto os terrenos situaram-se nos 235,1 milhões de Euros (-12,6 milhões de Euros, -5,1%). No setor do Transporte de Gás Natural, o RAB médio situou-se nos 1.003,0 milhões de Euros (-45,3 milhões de Euros, -4,3%), enquanto no setor de Distribuição de Gás Natural o RAB médio situou-se nos 468,1 milhões de Euros (+4,0 milhões de Euros, +0,9%).



2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DA POSIÇÃO FINANCEIRA EM 31 DE MARÇO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Montantes expressos em milhares de euros - mEuros)

	Notas	Mar 2019	Dez 2018
Ativo			
Não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	485	561
Goodwill	6	3.782	3.877
Ativos intangíveis	5	4.150.709	4.192.619
Participações financeiras em associadas e empreendimentos conjuntos	7	168.658	167.841
Investimentos em instrumentos de capital próprio a justo valor por outro rendimento integral	9 e 10	159.872	162.552
Instrumentos financeiros derivados	9 e 12	24.971	21.010
Outros ativos financeiros	9	51	45
Cientes e outras contas a receber	9 e 11	70.089	50.246
Ativos por impostos diferidos	8	92.959	92.495
		4.671.577	4.691.247
Corrente			
Inventários		2.138	2.095
Cientes e outras contas a receber	9 e 11	500.173	427.126
Imposto sobre o rendimento a receber	8 e 9	21.144	35.371
Caixa e equivalentes de caixa	9 e 13	20.536	35.735
		543.991	500.327
Total do Ativo	4	5.215.567	5.191.574
Capital Próprio			
Capital e reservas atribuíveis aos detentores de capital			
Capital social	14	667.191	667.191
Ações próprias	14	(10.728)	(10.728)
Prémio de emissões de ações		116.809	116.809
Reservas	15	321.695	326.906
Resultados acumulados		370.090	253.505
Outras variações no capital próprio		(5.561)	(5.561)
Resultado líquido consolidado do período atribuível a detentores de capital		13.243	115.715
Total capital próprio		1.472.740	1.463.837
Passivo			
Não corrente			
Empréstimos obtidos	9 e 16	2.249.568	2.274.939
Obrigações de benefícios de reforma e outros	17	95.779	98.288
Instrumentos financeiros derivados	9 e 12	21.326	12.952
Provisões para outros riscos e encargos	18	8.796	8.852
Fornecedores e outras contas a pagar	9 e 19	380.901	367.743
Passivos por impostos diferidos	8	110.405	113.644
		2.866.775	2.876.418
Corrente			
Empréstimos obtidos	9 e 16	406.727	431.401
Fornecedores e outras contas a pagar	9 e 19	469.325	419.917
		876.052	851.319
Total Passivo	4	3.742.827	3.727.737
Total do capital próprio e passivo		5.215.567	5.191.574

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada da posição financeira em 31 de março de 2019.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2019 E 2018

(Montantes expressos em milhares de euros - mEuros)

	Notas	Mar 2019	Mar 2018
Vendas	4 e 20	-	8
Prestações de serviços	4 e 20	139.084	144.911
Rendimentos de construção em ativos concessionados	4 e 21	16.803	13.881
Ganhos e perdas imputadas de associadas e empreendimentos conjuntos	7	2.802	1.148
Outros rendimentos operacionais	22	9.652	9.935
Total dos rendimentos operacionais		168.341	169.883
Custo das vendas		(160)	(433)
Gastos de construção em ativos concessionados	21	(12.338)	(9.656)
Fornecimentos e serviços externos	23	(9.499)	(10.743)
Gastos com pessoal	24	(13.537)	(13.361)
Depreciações e amortizações do exercício	5	(58.550)	(58.671)
Reversões / (reforços) de provisões		1	-
Reversões / (perdas) por imparidade		(94)	(19)
Outros gastos operacionais	25	(7.313)	(6.943)
Total dos gastos operacionais		(101.491)	(99.826)
Resultado operacional		66.850	70.057
Gastos de financiamento	26	(17.526)	(17.946)
Rendimentos financeiros	26	1.981	972
Resultado financeiro		(15.545)	(16.974)
Resultado consolidado antes de impostos e CESE		51.305	53.083
Imposto sobre o rendimento	8	(13.673)	(14.677)
Contribuição extraordinária sobre o setor energético (CESE)	27	(24.390)	(25.333)
Resultado líquido consolidado do período		13.243	13.073
Atribuível a:			
Detentores de capital da empresa-mãe		13.243	13.073
Interesses que não controlam		-	-
Resultado líquido consolidado do período		13.243	13.073
Resultado por ação (Básico e Diluído) Euros	28	0,02	0,02

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada dos resultados para o período de três meses findo em 31 de março de 2019.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RENDIMENTO INTEGRAL PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2019 E 2018

(Montantes expressos em milhares de euros - mEuros)

	Notas	Mar 2019	Mar 2018
Resultado líquido consolidado do período		13.243	13.073
Itens que não serão reclassificados para resultados:			
Ganhos /(perdas) atuariais		1.243	(312)
Efeito fiscal dos ganhos /(perdas) atuariais	8	(373)	94
Outras variações de capital próprio		-	51
Itens que poderão ser reclassificados para resultados:			
Diferenças de conversão cambial (empresas associadas)	7	2.964	(3.966)
Reserva de cobertura (cobertura de fluxos de caixa)	12	(7.845)	2.686
Efeito fiscal da reserva de cobertura	8 e 12	1.765	(564)
Reserva de justo valor (Investimentos em instrumentos de capital próprio a justo valor por outro rendimento integral)	10	(2.680)	(10.721)
Efeito fiscal da reserva de justo valor	8 e 10	603	2.251
Outras variações de capital próprio		(17)	-
Total do rendimento consolidado integral do período		8.903	2.592
Atribuível a:			
Detentores de capital da empresa-mãe		8.903	2.592
Interesses que não controlam		-	-
		8.903	2.592

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada do rendimento integral para o período de três meses findo em 31 de março de 2019.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2019 E 2018

(Montantes expressos em milhares de euros - mEuros)

Movimentos do exercício	Notas	Atribuível a detentores de capital da empresa-mãe										
		Capital social	Ações próprias	Prêmio de emissão de ações	Reserva legal	Reserva justo valor (Nota 10)	Reserva cobertura (Nota 12)	Outras reservas	Outras variações	Resultados acumulados	Resultado período	Total
A 31 de dezembro de 2017		667.191	(10.728)	116.809	106.800	53.778	(9.702)	159.315	(5.541)	225.342	125.925	1.429.189
Adoção da IFRS 9 - Instrumentos financeiros		-	-	-	-	-	-	-	-	9.223	-	9.223
A 1 de janeiro de 2018		667.191	(10.728)	116.809	106.800	53.778	(9.702)	159.315	(5.541)	234.565	125.925	1.438.412
Total do rendimento integral do período		-	-	-	-	(8.470)	2.122	(3.915)	-	(219)	13.073	2.592
Aplicação de resultados		-	-	-	-	-	-	-	-	125.925	(125.925)	-
A 31 de março de 2018		667.191	(10.728)	116.809	106.800	45.308	(7.580)	155.400	(5.541)	360.271	13.073	1.441.004
A 1 de janeiro de 2019		667.191	(10.728)	116.809	113.152	57.711	(10.577)	166.620	(5.561)	253.505	115.715	1.463.837
Total do rendimento integral do período		-	-	-	-	(2.077)	(6.080)	2.947	-	870	13.243	8.903
Aplicação de resultados		-	-	-	-	-	-	-	-	115.715	(115.715)	-
A 31 de março de 2019		667.191	(10.728)	116.809	113.152	55.634	(16.657)	169.567	(5.561)	370.090	13.243	1.472.740

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada das alterações no capital próprio para o período de três meses findo em 31 de março de 2019.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2019 E 2018

(Montantes expressos em milhares de euros - mEuros)

	Notas	Mar 2019	Mar 2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais:			
Recebimentos de clientes		548.290 a)	574.102 a)
Pagamentos a fornecedores		(423.709) a)	(397.176) a)
Pagamentos ao pessoal		(14.975)	(14.261)
Recebimento / (pagamento) do imposto sobre o rendimento		(1.594)	(503)
Outros recebimentos / (pagamentos) relativos à atividade operacional		(18.462)	12.524
Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais (1)		89.551	174.687
Fluxos de caixa das atividades de investimento:			
Recebimentos provenientes de:			
Subsídios ao investimento		569	3.018
Juros e rendimentos similares		8	19
Dividendos	7 e 10	1.477	1.380
Pagamentos respeitantes a:			
Participações financeiras		-	(12)
Ativos fixos tangíveis		(20)	(64)
Ativos fixos intangíveis		(36.673)	(62.255)
Fluxos de caixa líquidos das atividades de investimento (2)		(34.639)	(57.914)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos		1.279.000	949.999
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		(1.328.271)	(1.001.339)
Juros e gastos similares		(19.549)	(23.905)
Fluxos de caixa líquidos das atividades de financiamento (3)		(68.820)	(75.245)
Aumento líquido / (diminuição) de caixa e seus equivalentes (1)+(2)+(3)		(13.909)	41.528
Efeito das taxas de câmbio		2	(99)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	13	34.096	60.449
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	13	20.189	101.880
Detalhe da caixa e equivalentes de caixa			
Caixa	13	25	23
Descobertos bancários	13	(346)	(412)
Depósitos bancários	13	20.511	102.269
		20.189	101.880

a) Estes montantes incluem os pagamentos e recebimentos relativos a atividades na qual a Empresa atua como agente e cujos rendimentos e gastos são anulados na demonstração consolidada dos resultados.

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada dos fluxos de caixa para o período de três meses findo em 31 de março de 2019.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

3. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2019

1 INFORMAÇÃO GERAL

A REN – Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A. (referida neste documento como “REN”, “REN SGPS” ou “Empresa” e, conjuntamente com as suas subsidiárias, designada por “Grupo” ou “Grupo REN”), com sede na Avenida Estados Unidos da América, 55 - Lisboa, resultou da cisão do grupo EDP, de acordo com os Decretos-Lei n.º 7/91, de 8 de janeiro e n.º 131/94, de 19 de maio, aprovados em Assembleia Geral em 18 de agosto de 1994, com o objeto de assegurar a gestão global do Sistema Elétrico de Abastecimento Público (“SEP”).

Até 26 de setembro de 2006, o Grupo REN tinha a sua atividade centrada no negócio da eletricidade, através da REN – Rede Eléctrica Nacional, S.A.. Em 26 de setembro de 2006, decorrente da transação de “unbundling” do negócio do gás natural, o Grupo sofreu uma alteração significativa com a compra dos ativos e participações financeiras associados às atividades de transporte, armazenamento e regaseificação de gás natural, constituindo um novo negócio.

No início de 2007, a Empresa foi transformada na “holding” do Grupo e redenominada, após a transferência do negócio da eletricidade para uma nova empresa constituída em 26 de setembro de 2006, a REN – Serviços de Rede, S.A., que foi em simultâneo redenominada para REN – Rede Eléctrica Nacional, S.A..

O Grupo detém, presentemente, duas áreas de negócio principais, a Eletricidade e o Gás, e uma área de negócio secundária, na área de Telecomunicações.

O negócio da Eletricidade compreende as seguintes empresas:

- a) REN – Rede Eléctrica Nacional, S.A., constituída em 26 de setembro de 2006, cujas atividades são desenvolvidas no âmbito de um contrato de concessão atribuído por um período de 50 anos, que se iniciou em 2007 e que estabelece a gestão global do SEP;
- b) REN Trading, S.A., constituída em 13 de junho de 2007, cuja função principal é a gestão dos Contratos de Aquisição de Energia (“CAE”) da Turbogás e da Tejo Energia que não cessaram em 30 de junho de 2007, data da entrada em vigor dos novos Contratos para a Manutenção do Equilíbrio Contratual (“CMEC”). A atividade desta empresa compreende o comércio da eletricidade produzida e da capacidade de produção instalada junto dos distribuidores nacionais e internacionais;
- c) Enondas, Energia das Ondas, S.A., constituída em 14 de outubro de 2010, cujo capital social é integralmente detido pela REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A., e tem como atividade a gestão da concessão para a exploração de uma zona-piloto destinada à produção de energia elétrica a partir das ondas do mar.

O negócio do Gás engloba as seguintes empresas:

- a) REN Gás, S.A. (“REN Gás”), constituída em 29 de março de 2011, com o objeto social de assegurar a promoção, o desenvolvimento e a condução de projetos e empreendimentos no setor do gás natural, bem como proceder à definição da estratégia global e à coordenação das sociedades em que detenha participação;
- b) REN Gasodutos, S.A., constituída, em 26 de setembro de 2006, cujo capital social foi realizado através da integração das infraestruturas de transporte de gás (rede, ligações e compressão);
- c) REN Armazenagem, S.A., constituída em 26 de setembro de 2006, cujo capital social foi realizado pela integração dos ativos de armazenamento subterrâneo de gás;
- d) REN Atlântico, Terminal de GNL, S.A., adquirida no âmbito da aquisição do negócio do gás, anteriormente designada por “SGNL – Sociedade Portuguesa de Gás Natural Liquefeito”. A atividade desta empresa consiste no fornecimento de serviços de receção, armazenamento e regaseificação de gás natural liquefeito através do terminal marítimo de GNL, sendo responsável pela construção, utilização e manutenção das infraestruturas necessárias;
- e) REN Portgás Distribuição, S.A. (“REN Portgás”), adquirida no âmbito de expansão do negócio do gás no dia 4 de outubro de 2017. A atividade da empresa consiste na distribuição de gás natural em baixa e média pressão, bem como a produção e distribuição de outros gases combustíveis canalizados e, ainda, outras atividades relacionadas com o objeto principal, designadamente a produção e comercialização de equipamentos de queima.

As atividades das empresas indicadas nas alíneas b) a d) acima são desenvolvidas no âmbito de três contratos de concessão atribuídos em separado, por um período de 40 anos com início em 2006. Por sua vez, a empresa na alínea e) desenvolve a sua atividade por contrato de concessão atribuída por um período de 40 anos, com início no ano de 2008.

O negócio das telecomunicações é gerido pela RENTELECOM Comunicações, S.A., cuja atividade consiste no estabelecimento, gestão e utilização dos sistemas e infraestruturas de telecomunicações, fornecendo serviços de comunicação e tirando proveito da capacidade excedentária de fibras óticas e instalações pertencentes ao Grupo REN.

A REN SGPS detém a 100% a empresa REN Serviços, S.A., cujo objeto social é a prestação de serviços em matéria energética e de serviços genéricos de apoio ao desenvolvimento do negócio, de forma remunerada, quer em empresas que com ela se encontrem em relação de grupo, quer a quaisquer terceiros, bem como a gestão de participações sociais que a sociedade detenha em outras sociedades.

Em 10 de maio de 2013, foi constituída a REN Finance, B.V., empresa totalmente detida pela REN SGPS, com sede na Holanda, cujo objeto social é participar, financiar, colaborar e conduzir a gestão de empresas relacionadas.

Adicionalmente, em 24 de maio de 2013, em conjunto com a China Electric Power Research Institute, sociedade do Grupo State Grid, foi constituído o Centro de Investigação em Energia REN - STATE GRID, S.A. ("Centro de Investigação") em regime de joint venture, no qual o Grupo detém 1.500.000 ações representativas de 50% do respetivo capital.

O objeto social desta sociedade visa a implementação de um Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Portugal, dedicado à pesquisa, desenvolvimento, inovação e demonstração nas áreas de transporte de eletricidade e gestão de sistemas, a prestação de serviços de consultoria e serviços de educação e formação no âmbito destas atividades, bem como a realização de todas as atividades conexas e a prestação de serviços complementares, conexos ou acessórios ao seu objeto social.

Em 14 de dezembro de 2016, foi constituída a Aéreo Chile SPA, empresa totalmente detida pela REN Serviços, S.A., com sede em Santiago no Chile, cujo objeto social é a realização de investimentos em bens, ações, direitos de sociedades e associações.

Adicionalmente, em 21 de novembro de 2018, foi constituída a REN PRO, S.A., empresa totalmente detida pela REN, com sede em Lisboa, cujo objeto social é a prestação de serviços de apoio, nomeadamente administrativos, logísticos, de comunicação e suporte do desenvolvimento do negócio, bem como consultoria para os negócios, de forma remunerada, quer a empresas que com ela se encontrem em relação de grupo quer a quaisquer terceiros, e a consultoria em informática.

Em 31 de março de 2019, as principais participações que a REN detém são:

a) Uma participação de 42,5% do capital da empresa chilena Electrogas, S.A., que tem por objeto social a prestação de serviços de transporte de gás natural e outros combustíveis. Esta participação foi adquirida no dia 7 de fevereiro de 2017;

b) Uma participação de 40% do capital da empresa OMIP - Operador do Mercado Ibérico (Portugal), SGPS, S.A. ("OMIP SGPS") que tem por objeto social a gestão de participações noutras sociedades, como forma indireta do exercício de atividades económicas;

c) Uma participação de 10% no capital social do OMEL, Operador del Mercado Ibérico de Energia, S.A., polo espanhol do Operador Único;

d) Uma participação de 1% na Red Eléctrica Corporación, S.A. ("REE"), entidade responsável pela gestão da rede elétrica em Espanha;

e) Uma participação de 7,9% no capital social da Coreso, S.A. ("Coreso"), entidade que assiste os operadores das redes de transporte ("TSO") Europeus em atividades de coordenação e segurança para permitir o fornecimento de eletricidade em segurança na Europa;

f) Participações no capital social das empresas: (i) Hidroeléctrica de Cahora Bassa, S.A. ("HCB"), participação de 7,5%; (ii) MIBGÁS, S.A., participação de 6,67%; e (iii) MIBGÁS Derivatives, S.A., participação de 9,7%.

1.1 Perímetro de consolidação

As Empresas incluídas no perímetro consolidação, suas sedes sociais, proporção do capital e principais atividades em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018 são as seguintes:

Designação / sede	Principal Atividade	Mar 2019		Dez 2018	
		Percentagem de capital detido		Percentagem de capital detido	
		Grupo	Individual	Grupo	Individual
Empresa-mãe:					
REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.	Sociedade gestora de participações sociais	-	-	-	-
Subsidiárias:					
Segmento da Eletricidade:					
REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A. Av. Estados Unidos da América, 55 - Lisboa	Operador da Rede Nacional de Transporte em muito alta tensão	100%	100%	100%	100%
REN Trading, S.A. Praça de Alvalade, n.º 7 - 12.º Dto, Lisboa	Compra, venda, importação e exportação de eletricidade e de gás natural	100%	100%	100%	100%
Enondas-Energia das Ondas, S.A. Mata do Urso - Guarda Norte - Carriço - Pombal	Gestão da concessão para a exploração de uma zona-piloto destinada à produção de energia elétrica a partir das ondas do mar.	100%	100%	100%	100%
Segmento de Telecomunicações:					
RENTELECOM - Comunicações S.A. Av. Estados Unidos da América, 55 - Lisboa	Operador da rede de telecomunicações	100%	100%	100%	100%
Outros segmentos:					
REN - Serviços, S.A. Av. Estados Unidos da América, 55 - Lisboa	Back-office e gestão de participações sociais	100%	100%	100%	100%
REN Finance, B.V. De Cuserstraat, 93, 1081 CN Amsterdam, The Netherlands	Participar, financiar, colaborar, conduzir a gestão de empresas relacionadas com o Grupo REN.	100%	100%	100%	100%
REN PRO, S.A. Av. Estados Unidos da América, 55 - Lisboa	Comunicação e Sustentabilidade, Marketing, Gestão Comercial, Desenvolvimento de Negócios e Consultoria e Projetos de IT	100%	100%	100%	100%
Segmento do Gás Natural:					
REN Atlântico, Terminal de GNL, S.A. Terminal de GNL - Sines	Responsável pela regaseificação do GNL e pela manutenção e utilização do terminal de gás natural liquefeito	100%	100%	100%	100%
Detida pela REN Serviços, S.A.:					
REN Gás, S.A. Av. Estados Unidos da América, 55 -12.º - Lisboa	Gestão de projetos e empreendimentos no setor do gás natural	100%	-	100%	-
Aério Chile SPA Santiago do Chile	Responsável pela realização de investimentos em bens, ações, direitos de sociedades e associações.	100%	-	100%	-
Detidas pela REN Gás, S.A.:					
REN - Armazenagem, S.A. Mata do Urso - Guarda Norte - Carriço - Pombal	Desenvolvimento, manutenção e utilização do armazenamento subterrâneo de gás natural	100%	-	100%	-
REN - Gasodutos, S.A. Estrada Nacional 116, km 32,25 - Vila de Rei - Bucelas	Operador RNTGN e gere o negócio do gás natural	100%	-	100%	-
REN Gás Distribuição SGPS, S.A. Av. Estados Unidos da América, 55 - Lisboa	Gestão de participações noutras sociedades como forma indirecta de exercício de actividades económicas	-	-	100%	-
REN Portgás Distribuição, S.A. Rua Linhas de Torres, 41 - Porto	Distribuição de gás natural	100%	-	100%	-

Alterações no perímetro de consolidação

- 2019

No dia 22 de janeiro de 2019, ocorreu uma fusão das entidades REN Gás, S.A. e REN Gás Distribuição SGPS, S.A., mediante a transferência global do património da REN Gás Distribuição SGPS, S.A. para a REN Gás, S.A..

- 2018

No dia 2 de julho de 2018, a REN procedeu à alienação do negócio de gás de petróleo liquefeito (GPL) à ENERGYCO II, S.A. e, adicionalmente, em 21 de novembro de 2018, foi constituída a REN PRO, S.A., empresa totalmente detida pela REN.

1.2 Aprovação das demonstrações financeiras consolidadas trimestrais

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 3 de maio de 2019. É da opinião do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras consolidadas refletem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, o rendimento integral consolidado, as alterações no seu capital próprio consolidado e os seus fluxos de caixa consolidados, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas pela União Europeia, para efeitos de relato financeiro intercalar (IAS 34).

2 BASES DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas apresentadas para o período de três meses findo em 31 de março de 2019, foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas pela União Europeia, para efeitos de relato financeiro intercalar (IAS 34). As demonstrações financeiras apresentadas de forma condensada devem ser lidas conjuntamente com as demonstrações financeiras anuais emitidas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

O Conselho de Administração procedeu à avaliação da capacidade de o Grupo operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em particular, verifica-se que em 31 de março de 2019 que o passivo corrente no montante de 876.052 milhares de Euros é superior ao ativo corrente cujo montante total ascende a 543.991 milhares de Euros.

Contudo, para além dos resultados e fluxos de caixa consolidados projetados para o exercício de 2019, o Grupo dispõe com referência a 31 de março de 2019, de linhas de crédito, sob a forma de papel comercial, disponíveis para utilização no montante de 738.000 milhares de Euros, encontrando-se uma parte substancial com garantia de colocação (Nota 16).

Em resultado da avaliação efetuada, o Conselho de Administração concluiu que o Grupo dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

Estas demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em milhares de Euros – mEuros, arredondadas ao milhar mais próximo.

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas para efeitos de relato financeiro intercalar (IAS 34) no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação, mantidos de acordo com as normas contabilísticas em vigor em Portugal, ajustados no processo de consolidação de modo a que as demonstrações financeiras consolidadas estejam de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas pela União Europeia, em vigor para exercícios económicos iniciados em 1 de janeiro de 2019.

Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas, quer as Normas Internacionais de Relato financeiro ("IFRS" – International Financial Reporting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), quer as Normas Internacionais de Contabilidade ("IAS"), emitidas pelo International Accounting Standards Committee ("IASC") e respetivas interpretações – IFRIC e SIC, emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee ("IFRIC") e Standard Interpretation Committee ("SIC"), respetivamente, que tenham sido adotadas na União Europeia. De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações será designado genericamente por IFRS.

As políticas contabilísticas adotadas nestas demonstrações financeiras consolidadas são consistentes, em todos os aspetos materialmente relevantes, com as políticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, conforme descrito no anexo às demonstrações financeiras consolidadas de 2018. Todas as políticas foram aplicadas de forma consistente nos períodos apresentados.

Adoção de normas e interpretações novas, emendadas ou revistas

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões foram aprovadas (“*endorsed*”) pela União Europeia e são de aplicação obrigatória nos exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2019:

- **IFRS 16 – Locações**

Esta norma substitui a IAS 17 – “Locações” e as interpretações associadas, com impacto na contabilização efetuada pelos locatários, que são obrigados a reconhecer para os contratos de locação, um passivo de locação correspondente aos pagamentos futuros das rendas da locação e respetivamente um ativo relativo ao “direito de uso”. A norma prevê duas isenções de reconhecimento para os locatários - contratos de locação em que os ativos tenham pouco valor como, por exemplo, um computador pessoal) e contratos de locação a curto prazo (isto é, contratos com uma duração de 12 meses ou inferior). Da adoção desta norma não decorrem impactos significativos nas demonstrações financeiras consolidadas da REN.

- **Alterações à IFRS 9 - Recursos de pré-pagamento com compensação negativa antecedentes**

Esta alteração, permite a classificação/mensuração de ativos financeiros ao custo amortizado mesmo que incluam condições que permitem o pagamento antecipado por um valor de contraprestação inferior ao valor nominal (“compensação negativa”), tratando-se de uma isenção aos requisitos previsto na IFRS 9 para a classificação de ativos financeiros ao custo amortizado. Adicionalmente, também é clarificado que quando se verifique uma modificação às condições de um passivo financeiro que não dê origem ao desreconhecimento, a diferença de mensuração tem de ser registada de imediato nos resultados do exercício. Da adoção desta norma não decorrem impactos significativos nas demonstrações financeiras consolidadas da REN.

- **IFRIC 23 - Incerteza sobre o tratamento de impostos**

A IFRIC 23 corresponde a uma interpretação da IAS 12 – ‘Imposto sobre o rendimento’, referindo-se aos requisitos de mensuração e reconhecimento a aplicar quando existem incertezas quanto à aceitação de um determinado tratamento fiscal por parte da Administração Fiscal. Da adoção desta norma não decorrem impactos significativos nas demonstrações financeiras consolidadas da REN.

- **Alterações à IAS 28 - Interesses em associadas e joint ventures**

Esta alteração clarifica que os investimentos de longo-prazo em associadas e empreendimentos conjuntos (componentes do investimento de uma entidade em associadas e empreendimentos conjuntos), que não estão a ser mensurados através do método de equivalência patrimonial, são contabilizados segundo a IFRS 9. Esta clarificação determina que os investimentos de longo-prazo em associadas e empreendimentos conjuntos, estejam sujeitos às regras de imparidade da IFRS 9 (modelo das 3 fases das perdas esperadas), antes de ser considerado para efeitos de teste de imparidade ao investimento global numa associada ou empreendimento conjunto, quando existam indicadores de imparidade. Da adoção desta norma não decorrem impactos significativos nas demonstrações financeiras consolidadas da REN.

- **Melhorias das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2015-2017)**

Ciclicamente são introduzidas melhorias que visam clarificar e simplificar a aplicação do normativo internacional. As alterações introduzidas no ciclo 2015-2017 incidiram na revisão: (i) da IAS 23 - Esta melhoria clarifica que na determinação da taxa de média ponderada dos custos de empréstimos genéricos obtidos, para capitalização nos ativos qualificáveis, devem ser incluídos os custos dos empréstimos obtidos especificamente para financiar ativos qualificáveis, quando os ativos específicos já se encontrem na condição de uso pretendido; (ii) da IAS 12 - Esta melhoria clarifica que o impacto fiscal da distribuição de dividendos deve ser reconhecido na data em que é registada a responsabilidade de pagar, devendo ser reconhecido por contrapartida de resultados do exercício, outro rendimento integral ou capital próprio consoante onde a entidade registou originalmente a transação ou evento que deu origem aos dividendos; e (iii) da IFRS 3 e IFRS 11 - Estas melhorias clarificam que: 1) na obtenção de controlo sobre um negócio que é uma operação conjunta, os interesses detidos anteriormente pelo investidor são remensurados ao justo valor; e 2) quando um investidor numa operação conjunta, que não exerce controlo conjunto, obtém controlo conjunto numa operação conjunta que é um negócio, o interesse detido anteriormente não é remensurado. Da adoção desta norma não decorrem impactos significativos nas demonstrações financeiras consolidadas da REN.

- **Alterações à IAS 19 – Alteração do plano, restrição ou liquidação**

Esta alteração clarifica que se uma emenda, restrição ou liquidação do plano ocorrer, é obrigatório que o custo do serviço corrente e os juros líquidos do período após a remensuração sejam determinados usando os pressupostos usados para a remensuração. Além disso, foram incluídas alterações para esclarecer o efeito de uma alteração, redução ou liquidação do plano sobre os requisitos relativos ao limite máximo do ativo. Da adoção desta norma não decorrem impactos significativos nas demonstrações financeiras consolidadas da REN.

Não existem normas, interpretações, emendas e revisões aprovadas (“*endorsed*”) pela União Europeia, de aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, à data de aprovação destas demonstrações financeiras.

Normas e interpretações, emendadas ou revistas, não aprovadas pela União Europeia

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas (“*endorsed*”) pela União Europeia:

Norma	Aplicável nos exercícios iniciados	Resumo
IFRS 17 - Contratos de seguros	01-jan-21	A IFRS 17 substitui a IFRS 4 - “Contratos de seguro”, a norma que vigora de forma interina desde 2004. A IFRS 17 é aplicável a todas as entidades que emitam contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária.
Alterações a referências à Estrutura Conceptual nas Normas IFRS	01-jan-20	A Estrutura Conceptual revista inclui: um novo capítulo sobre mensuração; orientação sobre relatórios de desempenho financeiro; definições de um ativo e um passivo e orientação que apoia essas definições; e esclarecimentos em áreas importantes, tais como as funções de administração, prudência e incerteza de mensuração em relatórios financeiros.
Alterações à IFRS 3 - Definição de atividade empresarial	01-jan-20	Esta alteração clarifica que para ser considerado uma atividade empresarial, um conjunto integrado de atividades tem de incluir, no mínimo, um input e um processo substantivo que, conjuntamente, contribuam significativamente para a criação de um output. Clarificam igualmente que uma atividade empresarial pode existir sem que inclua todos os inputs e todos os processos necessários para criar outputs. Isto é, os inputs e os processos aplicados a esses inputs “têm de ter a capacidade de contribuir para a criação de outputs” em vez “têm de ter a capacidade de criar outputs”.
Alterações à IAS 1 e IAS 8: Definição de Materialidade	01-jan-20	O objetivo desta alteração foi o de tornar consistente a definição de “material” entre todas as normas em vigor e clarificar alguns aspetos relacionados com a sua definição. A nova definição prevê que “uma informação é material se a sua omissão, de um erro ou a da sua ocultação se possa razoavelmente esperar que influencie as decisões que os utilizadores primários das demonstrações financeiras tomam com base nessas demonstrações financeiras, as quais fornecem informação financeira sobre uma determinada entidade que reporta”. As alterações clarificam que a materialidade depende da natureza e magnitude da informação, ou de ambas. Uma entidade tem de avaliar se determinada informação, quer individualmente quer em combinações com outra informação, é material no contexto das demonstrações financeiras.

Estas normas não foram ainda adotadas (“*endorsed*”) pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pelo Grupo no período findo em 31 de março de 2019.

4 INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

O Grupo está organizado em dois principais segmentos de negócios, a Eletricidade e o Gás, e um segmento secundário. O segmento da Eletricidade inclui as atividades de transporte de eletricidade em muito alta tensão, a gestão global do sistema elétrico de abastecimento público, a gestão dos contratos de aquisição de energia não cessados em 30 de junho de 2007 e a gestão da concessão para a exploração de uma zona-piloto destinada à produção de energia elétrica a partir das ondas do mar. O segmento do Gás inclui o transporte de gás em muito alta pressão, a gestão global do sistema nacional de abastecimento de gás natural, a operação de regaseificação no terminal GNL, a distribuição de gás natural em baixa e média pressão, e o armazenamento subterrâneo de gás natural.

Embora as atividades do terminal GNL e do armazenamento subterrâneo possam ser vistas como distintas da atividade decorrente do transporte de gás e da gestão global do sistema nacional de gás natural, uma vez que estas atividades prestam serviços a um único utilizador, o qual é também o principal utilizador da rede de transporte de gás em alta pressão, considerou-se que as mesmas estão sujeitas a riscos e benefícios similares.

O segmento de telecomunicações é também apresentado separadamente, embora não se qualifique para divulgação.

A gestão dos financiamentos externos encontra-se centralizada na REN SGPS, S.A., tendo a Empresa optado pela apresentação das rubricas do ativo e do passivo separadas das eliminações efetuadas no âmbito da preparação das demonstrações financeiras consolidadas, tal como utilizado pelo principal responsável pela tomada de decisões operacionais.

Os resultados por segmento para o período de três meses findo em 31 de março de 2019 são como se segue:

	Eletricidade	Gás	Telecomunicações	Outros	Eliminações	Grupo
Vendas e prestações de serviços	87.938	51.892	1.509	8.407	(10.662)	139.084
Inter-segmentos	358	1.987	-	8.318	(10.662)	-
Externas	87.580	49.905	1.509	90	-	139.084
Rendimentos de construção em ativos concessionados	12.110	4.693	-	-	-	16.803
Gastos de construção em ativos concessionados	(8.704)	(3.634)	-	-	-	(12.338)
Ganhos e perdas imputadas de associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	2.802	-	2.802
Fornecimentos e serviços externos	(9.342)	(9.207)	(581)	(2.485)	12.116	(9.499)
Gastos com pessoal	(4.599)	(2.965)	(70)	(5.904)	-	(13.537)
Outros gastos e rendimentos operacionais	3.420	325	(4)	(108)	(1.454)	2.178
Cash flow operacional	80.823	41.104	855	2.712	-	125.493
Gastos não reembolsáveis						
Depreciações e amortizações	(38.545)	(19.950)	(8)	(47)	-	(58.550)
Reversões / (reforços) de provisões	-	-	-	1	-	1
Reversões/ (reforços) de imparidade	-	-	-	(94)	-	(94)
Resultados de financiamento						
Rendimentos financeiros	336	1.682	8	37.864	(37.910)	1.981
Gastos de financiamento	(10.893)	(5.574)	(0)	(38.969)	37.910	(17.526)
Resultado antes de impostos e CESE	31.721	17.262	855	1.467	-	51.305
Imposto sobre o rendimento	(8.719)	(4.686)	(201)	(66)	-	(13.673)
Contribuição extraordinária sobre o setor energético (CESE)	(17.434)	(6.955)	-	-	-	(24.390)
Resultado líquido do exercício	5.568	5.620	654	1.401	-	13.243

Os resultados por segmento para o período de três meses findo em 31 de março de 2018 são como se segue:

	Eletricidade	Gás	Telecomunicações	Outros	Eliminações	Grupo
Vendas e prestações de serviços	90.834	55.755	1.569	8.879	(12.119)	144.919
Inter-segmentos	79	3.719	-	8.321	(12.119)	-
Externas	90.755	52.036	1.569	558	-	144.919
Rendimentos de construção em ativos concessionados	8.709	5.173	-	-	-	13.881
Gastos de construção em ativos concessionados	(5.418)	(4.238)	-	-	-	(9.656)
Ganhos e perdas imputadas de associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	1.148	-	1.148
Fornecimentos e serviços externos	(9.766)	(10.874)	(345)	(3.375)	13.617	(10.743)
Gastos com pessoal	(4.753)	(3.088)	(66)	(5.454)	-	(13.361)
Outros gastos e rendimentos operacionais	4.219	(613)	(4)	456	(1.497)	2.559
Cash flow operacional	83.824	42.114	1.154	1.654	-	128.747
Rendimentos de participação capital (dividendos)	-	-	-	-	-	-
Gastos não reembolsáveis						
Depreciações e amortizações	(38.857)	(19.760)	(7)	(47)	-	(58.671)
Reversões / (reforços) de provisões	-	-	-	-	-	-
Reversões/ (reforços) de imparidade	-	-	-	(19)	-	(19)
Resultados de financiamento						
Rendimentos financeiros	153	3.047	8	37.323	(39.559)	972
Gastos de financiamento	(11.772)	(7.066)	-	(38.666)	39.559	(17.946)
Resultado antes de impostos e CESE	33.347	18.334	1.156	244	-	53.083
Imposto sobre o rendimento	(9.954)	(5.193)	(272)	741	-	(14.677)
Contribuição extraordinária sobre o setor energético (CESE)	(18.123)	(7.210)	-	-	-	(25.333)
Resultado líquido do exercício	5.270	5.932	884	985	-	13.073

As transações inter-segmentos são efetuadas a condições e termos de mercado, equiparáveis às transações efetuadas com entidades terceiras.

O rédito incluído no segmento "Outros" refere-se, essencialmente, à prestação de serviços de administração e de *back office* a entidades do Grupo e a terceiras entidades.

Os ativos e passivos por segmento, bem como os investimentos em ativos fixos tangíveis e intangíveis para o período de três meses findo em 31 de março de 2019, são como se segue:

	Eletricidade	Gás	Telecomunicações	Outros	Eliminações	Grupo
Ativos do segmento						
Participações financeiras	-	759.472	-	1.708.304	(2.467.776)	-
Ativos fixos tangíveis e intangíveis	2.529.764	1.621.038	40	352	-	4.151.194
Outros ativos	586.010	338.511	7.550	6.382.401	(6.250.100)	1.064.373
Total do ativo	3.115.774	2.719.021	7.590	8.091.057	(8.717.876)	5.215.567
Total do passivo	2.453.375	1.424.854	5.102	6.109.560	(6.250.065)	3.742.827
Total do investimento no período	12.110	4.693	-	-	-	16.803
Investimento em ativos fixos tangíveis (Nota 5)	-	-	-	-	-	-
Investimento em ativos intangíveis - Ativos de concessão (Nota 5)	12.110	4.693	-	-	-	16.803
Investimentos em associadas (Nota 7)	-	-	-	165.958	-	165.958
Investimentos em empreendimentos conjuntos (Nota 7)	-	-	-	2.699	-	2.699

Os ativos e passivos por segmento, bem como os investimentos em ativos fixos tangíveis e intangíveis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, são como se segue:

	Eletricidade	Gás	Telecomunicações	Outros	Eliminações	Grupo
Ativos do segmento						
Participações financeiras	-	1.048.895	-	1.806.895	(2.855.790)	-
Ativos fixos tangíveis e intangíveis	2.556.204	1.636.523	48	404	-	4.193.180
Outros ativos	542.992	537.379	7.618	6.374.865	(6.464.460)	998.394
Total do ativo	3.099.196	3.222.798	7.666	8.182.164	(9.320.250)	5.191.574
Total do passivo	2.398.236	1.509.250	3.940	6.280.771	(6.464.460)	3.727.737
Total do investimento no exercício	85.608	36.167	-	173	-	121.948
Investimento em ativos fixos tangíveis (Nota 5)	-	-	-	173	-	173
Investimento em ativos intangíveis - Ativos de concessão (Nota 5)	85.608	36.167	-	-	-	121.775
Investimentos em associadas (Nota 7)	-	-	-	165.207	-	165.207
Investimentos em empreendimentos conjuntos (Nota 7)	-	-	-	2.635	-	2.635

Os passivos incluídos no segmento "Outros" correspondem, essencialmente, a financiamentos externos obtidos diretamente pela REN SGPS, S.A. e REN Finance, B.V. para financiamento das diversas atividades do Grupo REN.

As rubricas da demonstração da posição financeira e da demonstração dos resultados para cada segmento de negócio resultam dos montantes registados diretamente nas demonstrações financeiras individuais das empresas que constituem o Grupo incluídas no perímetro de cada segmento, corrigidas da anulação das transações intra-segmentos.

5 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante o período de três meses findo em 31 de março de 2019, os movimentos reconhecidos nos ativos fixos tangíveis e intangíveis foram como se segue:

	1 de janeiro de 2019						31 de março de 2019				
	Custo de aquisição	Depreciações acumuladas	Ativo líquido	Adições	Alienações e abates e outras reclassificações	Transferências	Depreciação - exercício	Depreciação - alienações, transferências, abates e outras reclassificações	Custo de aquisição	Depreciações acumuladas	Ativo líquido
Ativos fixos tangíveis:											
Equipamento básico e outros	107	(107)	-	-	-	-	-	-	107	(107)	-
Equipamento de transporte	1.008	(572)	437	-	(65)	-	(57)	59	943	(570)	374
Equipamento administrativo	404	(288)	116	-	(3)	-	(12)	3	401	(297)	104
Edifícios e outras construções	27	(19)	8	-	-	-	(1)	-	27	(20)	7
	1.546	(985)	561	-	(68)	-	(70)	62	1.478	(994)	485
	1 de janeiro de 2019						31 de março de 2019				
	Custo de aquisição	Amortizações acumuladas	Ativo líquido	Adições	Alienações e abates e outras reclassificações	Transferências	Depreciação - exercício	Depreciação - alienações, transferências, abates e outras reclassificações	Custo de aquisição	Depreciações acumuladas	Ativo líquido
Ativos intangíveis:											
Ativos de concessão	8.161.166	(4.073.426)	4.087.740	420	(663)	2.719	(58.480)	430	8.163.642	(4.131.476)	4.032.166
Ativos intangíveis em curso - ativos de concessão	104.880	-	104.880	16.383	-	(2.719)	-	-	118.543	-	118.543
	8.266.046	(4.073.426)	4.192.619	16.803	(663)	-	(58.480)	430	8.282.185	(4.131.476)	4.150.709
Total do ativo fixo tangível e intangível	8.267.591	(4.074.411)	4.193.180	16.803	(731)	-	(58.550)	492	8.283.663	(4.132.470)	4.151.194

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, os movimentos reconhecidos nos ativos fixos tangíveis e intangíveis são como se segue:

	1 de janeiro de 2018			Movimentos				31 de dezembro de 2018			
	Custo de aquisição	Depreciações acumuladas	Ativo líquido	Adições	Alienações e abates e outras reclassificações	Transferências	Depreciação - exercício	Depreciação - alienações, transferências, abates e outras reclassificações	Custo de aquisição	Depreciações acumuladas	Ativo líquido
Ativos fixos tangíveis:											
Equipamento básico e outros	259	(107)	152	-	(152)	-	-	-	107	(107)	-
Equipamento de transporte	1.112	(365)	748	138	(242)	-	(360)	153	1.008	(572)	437
Equipamento administrativo	1.791	(386)	1.405	35	(1.422)	-	(44)	142	404	(288)	116
Edifícios e outras construções	27	(14)	13	-	-	-	(5)	-	27	(19)	8
Ativos tangíveis em curso	910	-	910	-	(910)	-	-	-	-	-	-
	4.099	(871)	3.227	173	(2.726)	-	(409)	295	1.546	(985)	561
	1 de janeiro de 2018			Movimentos				31 de dezembro de 2018			
	Custo de aquisição	Amortizações acumuladas	Ativo líquido	Adições	Alienações e abates e outras reclassificações	Transferências	Depreciação - exercício	Depreciação - alienações, transferências, abates e outras reclassificações	Custo de aquisição	Depreciações acumuladas	Ativo líquido
Ativos intangíveis:											
Ativos de concessão	8.072.173	(3.838.256)	4.233.918	4.158	(1.311)	86.146	(234.646)	(524)	8.161.166	(4.073.426)	4.087.740
Ativos intangíveis em curso - ativos de concessão	72.499	-	72.499	117.617	910	(86.146)	-	-	104.880	-	104.880
	8.144.672	(3.838.256)	4.306.417	121.775	(401)	-	(234.646)	(524)	8.266.046	(4.073.426)	4.192.619
Total do ativo fixo tangível e intangível	8.148.770	(3.839.128)	4.309.644	121.948	(3.127)	-	(235.055)	(229)	8.267.591	(4.074.411)	4.193.180

As principais adições verificadas em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro 2018 detalham-se como se segue:

	Mar 2019	Dez 2018
Segmento eletricidade:		
Construção de linhas de 150KV e 220KV e outras	4.253	24.108
Construção de linha de 400 KV	1.933	13.394
Construção de novas subestações	161	290
Ampliação de subestações	3.757	29.906
Outras remodelações em subestações	535	5.460
Sistema de informação e telecomunicações	909	5.807
Construção zona-piloto - energia das ondas	47	208
Edifícios afetos à concessão	190	2.702
Outros ativos	324	3.733
Segmento gás:		
Projetos de expansão e melhoramento da rede de transporte de gás natural	452	6.362
Projeto de construção de cavidade de armazenamento subterrâneo de gás natural em Pombal	97	1.703
Projetos construção e <i>upgrade</i> de operacionalidade - Instalações de GNL	421	3.277
Projetos de distribuição de gás natural	3.723	24.825
Segmentos outros:		
Outros ativos	-	173
Total das adições	16.803	121.948

As principais transferências nos períodos findos em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018 detalham-se como se segue:

	Mar 2019	Dez 2018
Segmento eletricidade:		
Construção de linhas de 150KV e 220KV e outras	-	12.610
Construção de linha de 400 KV	-	1.957
Ampliação de subestações	748	26.221
Outras remodelações em subestações	-	3.965
Sistema de informação e telecomunicações	-	5.153
Edifícios afetos à concessão	-	1.442
Outros ativos concessionados	-	1.215
Segmento gás:		
Projetos de expansão e melhoramento da rede de transporte de gás natural	-	4.724
Projeto de construção de cavidade de armazenamento subterrâneo de gás natural em Pombal	-	1.734
Projetos construção e <i>upgrade</i> de operacionalidade - Instalações de GNL	-	3.556
Projetos de distribuição e transporte de gás natural	1.972	23.570
Total das transferências	2.719	86.146

Os ativos intangíveis em curso em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018 são conforme se segue:

	Mar 2019	Dez 2018
Segmento eletricidade:		
Projetos de linhas 150KV/220KV e 400KV	56.485	50.298
Ampliação e remodelação de subestações	36.332	32.015
Projetos de novas subestações	5.502	6.113
Edifícios afetos à concessão	2.196	2.006
Outros projetos	2.889	1.700
Segmento gás:		
Projetos de expansão e melhoramento da rede de transporte de gás natural	7.474	6.906
Projeto de construção de cavidade de armazenamento subterrâneo de gás natural em Pombal	2.441	2.350
Projetos construção e <i>upgrade</i> de operacionalidade - Instalações de GNL	502	106
Projetos de distribuição de gás natural	4.725	3.386
Total do ativo em curso	118.543	104.880

Os encargos financeiros capitalizados em ativos intangíveis em curso, no período findo em 31 de março de 2019, ascenderam a 566 milhares de Euros (2.017 milhares de Euros em 31 de dezembro de 2018), enquanto os encargos de estrutura e de gestão ascenderam a 3.899 milhares de Euros (17.408 milhares de Euros em 31 de dezembro de 2018) (Nota 21).

Nos períodos findos em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018, o valor líquido dos ativos intangíveis que são financiados através de contratos de locação financeira, é como se segue:

	Mar 2019	Dez 2018
Valor bruto	6.671	6.525
Amortizações e depreciações acumuladas	(2.792)	(2.481)
Valor líquido	3.879	4.044

6 GOODWILL

A rubrica de “Goodwill” representa a diferença entre o montante pago na aquisição e o justo valor dos ativos, passivos e passivos identificáveis das empresas adquiridas, à data da aquisição do negócio, e em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018 detalha-se da seguinte forma:

Subsidiárias	Ano de aquisição	Custo de aquisição	%	Mar 2019	Dez 2018
REN Atlântico, Terminal de GNL, S.A.	2006	32.580	100%	2.547	2.642
REN Portgás Distribuição, S.A.	2017	503.015	100%	1.235	1.235
				3.782	3.877

O movimento no período findo em 31 de março de 2019 foi o seguinte:

Subsidiárias	Saldo em 1 de janeiro de 2018	Aumentos	Diminuições	Correção ao preço de aquisição	Saldo em 31 de dezembro de 2018	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31 de março de 2019
REN Atlântico, Terminal de GNL, S.A.	3.020	-	(377)	-	2.642	-	(95)	2.547
REN Portgás Distribuição, S.A.	16.082	-	-	(14.847)	1.235	-	-	1.235
	19.102	-	(377)	(14.847)	3.877	-	(95)	3.782

7 PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a informação financeira relativa às participações financeiras detidas detalha-se da seguinte forma:

Empresa	Atividade	Sede social	31 de março de 2019											Valor escriturado	Proporção no resultado
			Capital social	Ativo corrente	Ativo não corrente	Passivo corrente	Passivo não corrente	Rendimentos	Resultado líquido	Capital próprio	Rendimento integral total	%			
Método da equivalência patrimonial:															
Associada:															
OMIP - Operador do Mercado Ibérico (Portugal), SGPS, S.A.	Gestão de participações	Lisboa	2.610	1.008	28.500	309	-	218	103	29.199	29.302	40	10.694	877	
Electrogas, S.A.	Transporte de Gás	Chile	18.929	11.041	44.674	16.877	11.360	8.007	4.426	27.478	31.904	42,5	155.264	1.861	
													165.958	2.738	
Empreendimento conjunto:															
Centro de Investigação em Energia REN - STATE GRID, S.A.	Investigação e Desenvolvimento	Lisboa	3.000	6.132	39	754	13	500	129	5.405	5.534	50	2.699	65	
													168.658	2.802	
31 de dezembro de 2018															
Empresa	Atividade	Sede social	Capital social	Ativo corrente	Ativo não corrente	Passivo corrente	Passivo não corrente	Rendimentos	Resultado líquido	Capital próprio	Rendimento integral total	%	Valor escriturado	Proporção no resultado	
Método da equivalência patrimonial:															
Associada:															
OMIP - Operador do Mercado Ibérico (Portugal), SGPS, S.A.	Gestão de participações	Lisboa	2.610	1.179	26.180	353	-	1.117	(1.360)	27.006	25.646	40	9.817	(531)	
Electrogas, S.A.	Transporte de Gás	Chile	18.573	6.178	44.843	5.834	11.069	30.695	15.764	34.118	49.882	42,5	155.390	6.495	
													165.207	5.964	
Empreendimento conjunto:															
Centro de Investigação em Energia REN - STATE GRID, S.A.	Investigação e Desenvolvimento	Lisboa	3.000	6.015	83	806	16	1.447	(353)	5.276	4.923	50	2.635	(176)	
													167.841	5.787	

Associadas

O movimento ocorrido na rubrica de "Participações financeiras em empresas associadas" no período findo em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018 foi o seguinte:

Participações financeiras em associadas	
A 1 de janeiro de 2018	159.216
Resultado apropriado pela aplicação do método da equivalência patrimonial	5.964
Conversão de demonstrações financeiras em moeda estrangeira	6.914
Atribuição de dividendos da Electrogas	(6.917)
Outras variações de capital	29
A 31 de dezembro de 2018	165.207
Resultado apropriado pela aplicação do método da equivalência patrimonial	2.738
Conversão de demonstrações financeiras em moeda estrangeira	2.964
Atribuição de dividendos da Electrogas	(4.933)
Outras variações de capital	(17)
A 31 de março de 2019	165.958

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o Grupo adquiriu uma participação de 42,5%, do capital social da sociedade chilena - Electrogas S.A., pelo montante de 169.285 milhares de Euros. Esta sociedade detém um gasoduto na zona central do Chile com 165,6 Quilómetros de comprimento. Trata-se de um gasoduto de grande relevância no país, que liga o terminal de regaseificação de Quintero a Santiago (a capital e o maior centro populacional chileno) e a Valparaíso (um dos portos mais importantes do Chile). A sociedade tem como objeto social a prestação de serviços transporte de gás natural e outros combustíveis.

O montante total de dividendos reconhecidos de associadas, no decorrer do período de três meses findo em 31 de março de 2019, foi de 4.933 milhares de Euros.

O valor proporcional do resultado na OMIP, SGPS inclui o efeito do ajustamento proveniente de alterações às Demonstrações Financeiras de exercícios anteriores, efetuadas após aplicação do método de equivalência patrimonial. Esta participação encontra-se classificada como associada.

Empreendimentos conjuntos

O movimento ocorrido na rubrica de "Participações financeiras em empreendimentos conjuntos" no período findo em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018 foi o seguinte:

Participações financeiras em empreendimentos conjuntos	
A 1 de janeiro de 2018	2.811
Resultado apropriado pela aplicação do método da equivalência patrimonial	(176)
A 31 de dezembro de 2018	2.635
Resultado apropriado pela aplicação do método da equivalência patrimonial	65
A 31 de março de 2019	2.699

Na sequência de um acordo conjunto de parceria tecnológica entre a REN - Redes Energéticas Nacionais e a State Grid International Development (SGID), foi criado em maio de 2013 um centro de I&D, em Portugal, dedicado aos sistemas de energia denominado - Centro de Investigação em Energia REN - STATE GRID, S.A., controlado conjuntamente pelas duas entidades.

O referido Centro de Investigação pretende tornar-se uma plataforma de conhecimento internacional, catalisadora de soluções e ferramentas inovadoras, aplicadas à operação e planeamento das redes de transporte de energia.

Em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a informação financeira relativa ao empreendimento conjunto detido detalha-se da seguinte forma:

	31 de março de 2019					
	Caixa e equivalentes de caixa	Passivos financeiros correntes	Passivos financeiros não correntes	Depreciações e amortizações	Gastos de juros	(Gasto) / rendimento do imposto sobre o rendimento
Empreendimento conjunto:						
Centro de Investigação em Energia REN - STATE GRID, S.A.	5.593	6	13	(44)	(1)	(3)

	31 de dezembro de 2018					
	Caixa e equivalentes de caixa	Passivos financeiros correntes	Passivos financeiros não correntes	Depreciações e amortizações	Gastos de juros	(Gasto) / rendimento do imposto sobre o rendimento
Empreendimento conjunto:						
Centro de Investigação em Energia REN - STATE GRID, S.A.	5.201	6	16	(493)	(1)	(7)

8 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A REN é tributada de acordo com o regime especial de tributação dos grupos de sociedades, do qual fazem parte as empresas localizadas em Portugal em que detém, direta ou indiretamente, pelo menos 75% do seu capital, os quais devem conferir mais de 50% dos direitos de voto, e cumprem os requisitos previstos no artigo 69.º do Código do IRC.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2016 a 2019 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

A Administração entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018.

No exercício de 2019, o Grupo é tributado em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas à taxa base de 21%, que será acrescida de uma derrama municipal de até um máximo de 1,5% sobre o lucro tributável, e uma derrama estadual de (i) 3,0% aplicável sobre o lucro tributável entre 1.500 milhares de Euros e 7.500 milhares de Euros, de (ii) 5,0% aplicável sobre o lucro tributável entre 7.500 milhares de Euros e 35.000 milhares de Euros e de (iii) 9,0% para lucros tributáveis que excedam 35.000 milhares de Euros, resultando numa taxa máxima agregada de, aproximadamente, 31,5%.

A taxa de imposto utilizada na valorização das diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis em 31 de março de 2019 foi atualizada para cada empresa pertencente ao perímetro de consolidação, utilizando uma taxa média face às perspetivas futuras do lucro tributável de cada empresa recuperável nos próximos exercícios.

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos nos períodos findos em 31 de março de 2019 e 2018 são detalhados como se segue:

	Mar 2019	Mar 2018
Imposto corrente	15.380	24.540
Ajustamentos relativos ao imposto de exercícios anteriores	-	(755)
Imposto diferido	(1.708)	(9.109)
Imposto sobre o rendimento	13.673	14.677

A reconciliação do montante de imposto calculado à taxa nominal e o imposto reconhecido na demonstração dos resultados é conforme se segue:

	Mar 2019	Mar 2018
Resultado antes de impostos	51.305	53.083
Diferenças permanentes:		
Variações patrimoniais positivas / (negativas)	-	3.490
Gastos não dedutíveis	393	540
Rendimentos não tributáveis	(1.528)	1.586
Diferenças temporárias:		
Desvios tarifários	8.522	28.190
Provisões e imparidades	(13)	-
Reavaliações (incluídas no custo considerado dos ativos intangíveis)	(1.140)	(548)
Obrigações de benefícios de reforma	(412)	(948)
Instrumentos financeiros derivados	(5)	(2)
Outros	(12)	(13)
Lucro tributável	57.110	85.376
Imposto sobre o rendimento	11.879	17.222
Derrama estadual sobre o lucro tributável	2.425	5.707
Derrama municipal	872	1.417
Tributações autónomas	204	195
Imposto corrente	15.380	24.540
Imposto diferido	(1.708)	(9.109)
Ajustamentos relativos ao imposto de exercícios anteriores	-	(755)
Gasto com impostos sobre o rendimento	13.673	14.677
Taxa efetiva de imposto	26,6%	27,7%

Imposto sobre o rendimento

Em 31 de março de 2019 e 31 dezembro de 2018, o detalhe da rubrica "Imposto sobre o rendimento" a pagar e a receber é detalhada no quadro seguinte:

	Mar 2019	Dez 2018
Imposto sobre o rendimento do exercício:		
Imposto estimado	(15.380)	(50.405)
Pagamentos por conta	2.325	85.367
Retenções na fonte por terceiros	186	895
Imposto a receber /(pagar)	34.013	(487)
Imposto a receber /(pagar)	21.144	35.371

Impostos diferidos

O detalhe dos impostos diferidos reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas é como se segue:

	Mar 2019	Dez 2018
Impactos na demonstração dos resultados:		
Ativos por impostos diferidos	(928)	(1.833)
Passivos por impostos diferidos	2.636	(7.706)
	1.708	(9.540)
Impactos no capital próprio:		
Ativos por impostos diferidos	1.392	(3.310)
Passivos por impostos diferidos	603	(6.404)
	1.996	(9.714)
Impacto líquido dos impostos diferidos	3.703	(19.254)

Os movimentos ocorridos nos impostos diferidos, por natureza, são como se segue:

Evolução dos ativos por impostos diferidos – março 2019

	Provisões e imparidades	Benefícios de reforma	Desvios tarifários	Instrumentos financeiros derivados	Reavaliação de ativos	Outros	Total
A 1 de janeiro de 2019	2.818	29.403	38.621	1.259	18.360	2.034	92.495
Aumento/reversão por reservas	-	(373)	-	1.765	-	-	1.392
Reversão por resultados	(58)	(745)	(715)	(41)	-	-	(1.559)
Aumento por resultados	-	373	-	-	236	22	631
Movimento do período	(58)	(745)	(715)	1.724	236	22	465
A 31 de março de 2019	2.760	28.658	37.906	2.983	18.595	2.056	92.959

Evolução dos ativos por impostos diferidos – dezembro 2018

	Provisões e imparidades	Benefícios de reforma	Desvios tarifários	Instrumentos financeiros derivados	Reavaliação de ativos	Outros	Total
A 1 de janeiro de 2018	2.886	36.506	36.227	928	21.117	74	97.737
Alterações do perímetro	(4)	-	-	-	(94)	-	(98)
Aumento/reversão por reservas	-	(5.546)	-	492	-	1.744	(3.310)
Reversão por resultados	(64)	(1.558)	(15)	(161)	(2.662)	-	(4.461)
Aumento por resultados	-	-	2.410	1	-	217	2.627
Movimento do período	(68)	(7.104)	2.394	331	(2.756)	1.961	(5.242)
A 31 de dezembro de 2018	2.818	29.403	38.621	1.259	18.360	2.034	92.495

Em 31 de março de 2019, os ativos por impostos diferidos referem-se maioritariamente (i) às obrigações com os planos de benefícios atribuídos aos empregados, (ii) aos desvios tarifários a entregar à tarifa nos próximos exercícios e (iii) às reavaliações de ativos.

Evolução dos passivos por impostos diferidos – março 2019

	Desvios tarifários	Reavaliações ao abrigo de diplomas legais (incluídas no custo considerado)	Alocação de justo valor	Investimentos em instrumentos de capital próprio a justo valor por outro rendimento integral	Outros	Total
A 1 de janeiro de 2019	37.784	21.398	37.855	12.926	3.682	113.644
Aumento/reversão por reservas	-	-	-	(603)	-	(603)
Reversão por resultados	(1.948)	(140)	(342)	-	(205)	(2.634)
Movimentos do período	(1.948)	(140)	(342)	(603)	(205)	(3.239)
A 31 de março de 2019	35.836	21.258	37.513	12.323	3.477	110.405

Evolução dos passivos por impostos diferidos – dezembro 2018

	Desvios tarifários	Reavaliações ao abrigo de diplomas legais (incluídas no custo considerado)	Alocação de justo valor	Investimentos em instrumentos de capital próprio a justo valor por outro rendimento integral	Outros	Total
A 1 de janeiro de 2018	26.639	22.856	39.240	10.790	9	99.534
Aumento/reversão por reservas	-	-	-	2.136	4.268	6.404
Reversão por resultados	-	(1.458)	(1.385)	-	(595)	(3.439)
Aumento por resultados	11.145	-	-	-	-	11.145
Movimentos do período	11.145	(1.458)	(1.385)	2.136	3.673	14.110
A 31 de dezembro de 2018	37.784	21.398	37.855	12.926	3.682	113.644

Os passivos por impostos diferidos relativos a reavaliações resultam de reavaliações efetuadas em exercícios anteriores ao abrigo de diplomas legais. O efeito destes impostos diferidos reflete a não dedução fiscal de 40% das amortizações das reavaliações efetuadas (incluídas no custo considerado dos ativos aquando da transição para as IFRS).

Os diplomas legais na base das reavaliações foram os seguintes:

Diplomas legais (Reavaliações)	
Segmento eletricidade	Segmento gás natural
Decreto-Lei nº 430/78	Decreto-Lei nº 140/2006
Decreto-Lei nº 399-G/81	Decreto-Lei nº 66/2016
Decreto-Lei nº 219/82	
Decreto-Lei nº 171/85	
Decreto-Lei nº 118-B/86	
Decreto-Lei nº 111/88	
Decreto-Lei nº 7/91	
Decreto-Lei nº 49/91	
Decreto-Lei nº 264/92	

9 CLASSIFICAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

As políticas contabilísticas para instrumentos financeiros de acordo com as categorias da IFRS 9 foram aplicadas aos seguintes ativos e passivos financeiros:

- março 2019

	Notas	Cientes e outras contas a receber	Justo valor - Instrumentos financeiros derivados de cobertura	Justo valor - derivados de negociação	Justo valor - Instrumentos de capital próprio por outro rendimento integral	Outros ativos/passivos financeiros	Quantia escriturada	Justo valor
Ativos								
Caixa e equivalentes de caixa	13	-	-	-	-	20.536	20.536	20.536
Cientes e outras contas a receber	11	570.262	-	-	-	-	570.262	570.262
Outros ativos financeiros		-	-	-	-	51	51	51
Investimentos em instrumentos de capital próprio a justo valor por outro rendimento integral	10	-	-	-	159.872	-	159.872	159.872
Imposto sobre o rendimento a receber	8	21.144	-	-	-	-	21.144	21.144
Instrumentos financeiros derivados	12	-	24.971	-	-	-	24.971	24.971
		591.406	24.971	-	159.872	20.587	796.835	796.835
Passivos								
Empréstimos obtidos	16	-	-	-	-	2.656.295	2.656.295	2.741.559
Fornecedores e outras contas a pagar	19	-	-	-	-	580.600	580.600	580.600
Instrumentos financeiros derivados	12	-	18.452	2.874	-	-	21.326	21.326
		-	18.452	2.874	-	3.236.895	3.258.221	3.343.485

- dezembro 2018

	Notas	Cientes e outras contas a receber	Justo valor - Instrumentos financeiros derivados de cobertura	Justo valor - derivados de negociação	Justo valor - Instrumentos de capital próprio por outro rendimento integral	Outros ativos/passivos financeiros	Quantia escriturada	Justo valor
Ativos								
Caixa e equivalentes de caixa	13	-	-	-	-	35.735	35.735	35.735
Cientes e outras contas a receber	11	477.372	-	-	-	-	477.372	477.372
Outros ativos financeiros		-	-	-	-	45	45	45
Investimentos em instrumentos de capital próprio a justo valor por outro rendimento integral	10	-	-	-	162.552	-	162.552	162.552
Imposto sobre o rendimento a receber	8	35.371	-	-	-	-	35.371	35.371
Instrumentos financeiros derivados	12	-	21.010	-	-	-	21.010	21.010
		512.743	21.010	-	162.552	35.780	732.086	732.086
Passivos								
Empréstimos obtidos	16	-	-	-	-	2.706.340	2.706.340	2.765.151
Fornecedores e outras contas a pagar	19	-	-	-	-	515.196	515.196	515.196
Instrumentos financeiros derivados	12	-	10.877	2.076	-	-	12.952	12.952
		-	10.877	2.076	-	3.221.536	3.234.489	3.293.299

Os Empréstimos obtidos, tal como referido na Nota 3.6 das demonstrações financeiras consolidadas anuais, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, são mensurados, no reconhecimento inicial ao justo valor e subsequentemente ao custo amortizado, exceto relativamente aos quais tenha sido contratado derivado de cobertura de justo valor (Nota 12), que se encontram mensurados ao justo valor. Não obstante, a REN procede à divulgação do justo valor da rubrica de Empréstimos obtidos na sua totalidade, tendo por base um conjunto de dados observáveis relevantes, os quais se enquadram no nível 2 da hierarquia do justo valor.

O justo valor dos Empréstimos obtidos e derivados são calculados pelo método dos *cash flows* descontados, utilizando a curva de taxa de juro da data da demonstração da posição financeira, de acordo com as características de cada empréstimo.

O intervalo de taxas de mercado utilizado para cálculo do justo valor varia entre -0,356% e 0,8375% (maturidades de um dia e quinze anos, respetivamente).

O justo valor dos empréstimos contraídos pelo Grupo é, em 31 de março de 2019, de 2.741.559 milhares de Euros (em 31 de dezembro de 2018 era de 2.765.151 milhares de Euros), dos quais 410.407 milhares de Euros se encontram parte registados a custo amortizado e inclui um elemento de justo valor resultante de movimentos na taxa de juro (em 31 de dezembro de 2018 era de 403.336 milhares de Euros).

Estimativa de justo valor – ativos e passivos mensurados ao justo valor

A tabela seguinte apresenta os ativos e passivos do Grupo mensurados ao justo valor em 31 de março de 2019, de acordo com os seguintes níveis de hierarquia de justo valor:

- Nível 1: justo valor de instrumentos financeiros é baseado em cotações de mercados líquidos ativos à data de referência da demonstração da posição financeira;
- Nível 2: o justo valor de instrumentos financeiros não é determinado com base em cotações de mercado ativo, mas sim com recurso a modelos de avaliação;
- Nível 3: o justo valor de instrumentos financeiros não é determinado com base em cotações de mercado ativo, mas sim com recurso a modelos de avaliação, cujos principais *inputs* não são observáveis no mercado.

		Mar 2019				Dez 2018			
		Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos:									
Investimentos em instrumentos de capital próprio a justo valor por outro	Participações	102.881	53.409	-	156.290	105.562	53.409	-	158.971
Ativos financeiros ao justo valor	Derivados de cobertura de fluxos de caixa	-	11.999	-	11.999	-	10.940	-	10.940
Ativos financeiros ao justo valor	Derivados de cobertura de justo valor	-	12.971	-	12.971	-	10.070	-	10.070
		102.881	78.379	-	181.261	105.562	74.419	-	179.981
Passivos:									
Passivos financeiros ao justo valor	Empréstimos obtidos	-	410.407	-	410.407	-	406.336	-	406.336
Passivos financeiros ao justo valor	Derivados de cobertura de fluxos de caixa	-	18.452	-	18.452	-	10.877	-	10.877
Passivos financeiros ao justo valor reconhecidos em resultados	Derivados de negociação	-	2.874	-	2.874	-	2.076	-	2.076
		-	431.733	-	431.733	-	419.288	-	419.288

Relativamente aos saldos de contas a receber e contas a pagar correntes, o seu valor líquido contabilístico constitui uma razoável aproximação ao justo valor.

As contas a pagar e receber não correntes referem-se, essencialmente, aos desvios tarifários cujos valores são publicados pela ERSE e o seu valor líquido contabilístico constitui uma razoável aproximação ao justo valor, na medida em que os mesmos incorporam um efeito financeiro associado ao valor temporal do dinheiro, sendo incorporados nas tarifas nos dois anos subsequentes.

Gestão de riscos financeiros

Desde o último período anual de reporte até à data de 31 de março de 2019, não se verificaram alterações significativas na gestão dos riscos financeiros da Empresa comparativamente aos riscos já divulgados nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2018. A descrição dos riscos pode ser consultada na Nota 4 - Políticas de Gestão do Risco Financeiro das demonstrações financeiras consolidadas anuais, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

10 INVESTIMENTOS EM INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO A JUSTO VALOR POR OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL

Em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018, os ativos reconhecidos nesta rubrica referem-se a instrumentos de capital próprio detidos em entidades consideradas estratégicas pelo Grupo. Esta rubrica refere-se às seguintes participações:

	Sede social			Valor contabilístico	
	Localidade	País	% detida	Mar 2019	Dez 2018
OMEL - Operador del Mercado Ibérico de Energia (Pólo Espanhol)	Madrid	Espanha	10,00%	3.167	3.167
Red Eléctrica Corporación, S.A. ("REE")	Madrid	Espanha	1,00%	102.881	105.562
Hidroeléctrica de Cahora Bassa ("HCB")	Maputo	Moçambique	7,50%	53.409	53.409
Coreso, S.A.	Bruxelas	Bélgica	7,90%	164	164
MIBGÁS, S.A.	Madrid	Espanha	6,67%	203	202
MIBGÁS Derivatives, S.A.	Madrid	Espanha	9,70%	48	48
				159.872	162.552

Os movimentos registados nesta rubrica foram os seguintes:

	OMEL	HCB	REE	Coreso	MIBGÁS	MIBGÁS Derivatives	Outras	Total
1 de janeiro de 2018	3.167	51.591	101.311	164	202	-	5	156.439
Aquisições	-	-	-	-	-	48	-	48
Ajustamento de justo valor	-	1.818	4.251	-	-	-	-	6.069
Outras	-	-	-	-	-	-	(5)	(5)
31 de dezembro de 2018	3.167	53.409	105.562	164	202	48	-	162.552
1 de janeiro de 2019	3.167	53.409	105.562	164	202	48	-	162.552
Ajustamento de justo valor	-	-	(2.681)	-	1	-	-	(2.680)
31 de março de 2019	3.167	53.409	102.881	164	203	48	-	159.872

A Red Eléctrica Corporación, S.A. (“REE”) é a entidade responsável pela gestão da rede elétrica em Espanha. O Grupo adquiriu 1% de ações da REE como parte de um acordo celebrado entre os governos de Portugal e Espanha. A REE está listada na Bolsa de Madrid integrando o índice “IBEX 35” e o ativo financeiro foi registado na data da demonstração da posição financeira de acordo com a cotação em 31 de março de 2019.

A REN é detentora de 2.060.661.943 ações representativas de 7,5 % na Hidroeléctrica de Cahora Bassa, S.A. (“HCB”) do capital social e direito de voto da HCB, sociedade de direito moçambicano, transmitidas na sequência do preenchimento das condições do contrato celebrado em 9 de abril de 2012, entre a REN, a Párpública – Participações Públicas, SGPS, S.A., a CEZA – Companhia Eléctrica do Zambeze, S.A. e a EDM – Electricidade de Moçambique, EP. Esta participação foi inicialmente registada pelo seu custo de aquisição (38.400 milhares de Euros) e posteriormente ajustada para o seu justo valor.

A REN detém uma participação financeira do capital social da Coreso, participada também por importantes TSO Europeus que, como iniciativa de Coordenação de Segurança Regional (RSCI), assiste os TSO no fornecimento de eletricidade em segurança na Europa. Neste contexto, a Coreso desenvolve e executa atividades de planeamento operacional que envolvem a análise e coordenação da rede regional Europeia de eletricidade, com foco na coordenação de serviços, variando desde a coordenação com vários dias de antecedência até perto do tempo real.

Em 31 de março de 2019, a REN é ainda detentora de uma participação de 6,67%, adquirida no decorrer do primeiro semestre de 2016, do capital social do MIBGAS, S.A., sociedade gestora do mercado organizado de gás, o qual é responsável pelo desenvolvimento das atividades de operador de mercado grossista de gás natural na Península Ibérica.

No âmbito do processo de criação do Operador Único do Mercado Ibérico de Eletricidade (OMI) em 2011, e em conformidade com o que estava previsto no acordo entre a República Portuguesa e o Reino de Espanha relativo à constituição de um mercado ibérico de energia elétrica, a Empresa adquiriu 10% do capital social do OMEL, Operador del Mercado Ibérico de Energia, S.A., polo espanhol do Operador Único, pelo valor global de 3.167 milhares de Euros.

Em 31 de março de 2019, a REN é ainda detentora de uma participação de 9,70%, adquirida pelo montante de 48 milhares de Euros, do capital social do MIBGÁS Derivatives, S.A., sociedade gestora da negociação do mercado organizado de produtos de futuros de gás natural, de produtos spot de gás natural liquefeito e de produtos spot nas armazenagens subterrâneas na Península Ibérica.

Na medida em que não existe um preço de mercado disponível para os investimentos referidos (OMEL, MIBGÁS, MIBGÁS Derivatives e Coreso) e não sendo possível determinar o justo valor no período recorrendo a transações comparáveis, estas participações encontram-se refletidas contabilisticamente ao custo de aquisição deduzido de perdas por imparidade, tal como descrito na Nota 3.6 – Ativos e Passivos Financeiros das demonstrações financeiras consolidadas anuais.

Relativamente ao investimento detido na OMEL, Coreso, MIBGÁS e MIBGÁS Derivatives não existe, na data de relato, qualquer indício de imparidade.

Os ajustamentos nos investimentos em instrumentos de capital próprio a justo valor por outro rendimento integral são registados em capital próprio na rubrica “Reserva de justo valor”, que em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018 apresenta os seguintes montantes:

Reserva de justo valor	
(Nota 15)	
1 de janeiro de 2018	53.778
Variação de justo valor	6.069
Efeito fiscal	(2.136)
31 de dezembro de 2018	57.711
1 de janeiro de 2019	57.711
Variação de justo valor	(2.680)
Efeito fiscal	603
31 de março de 2019	55.634

No período de três meses findo em 31 de março de 2019 foram recebidos 1.477 milhares de Euros relativos a dividendos que tinham sido atribuídos no exercício de 2018. Este montante encontra-se refletido na demonstração dos fluxos de caixa.

11 CLIENTES E OUTRAS CONTAS A RECEBER

Em 31 de março de 2019 e 31 dezembro de 2018, o detalhe da rubrica de “Clientes e outras contas a receber” é o seguinte:

	Mar 2019			Dez 2018		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Clientes e outras contas a receber	389.412	6.005	395.417	294.602	6.005	300.607
Imparidade de clientes e contas a receber	(2.942)	-	(2.942)	(2.942)	-	(2.942)
Clientes - Valor Líquido	386.470	6.005	392.475	291.660	6.005	297.665
Desvios tarifários	85.955	64.084	150.039	116.561	44.241	160.802
Estado e Outros Entes Públicos	27.748	-	27.748	18.904	-	18.904
Clientes e outras contas a receber	500.173	70.089	570.262	427.126	50.246	477.372

Na composição dos saldos da rubrica de “Clientes e outras contas a receber” em 31 de março de 2019, assume particular relevância: (i) o montante em dívida da EDP – Distribuição de Energia, S.A., o qual ascende a 86.006 milhares de Euros (80.037 milhares de Euros em 31 de dezembro de 2018); (ii) da Galp Gás Natural, S.A., o qual ascende a 16.247 milhares de Euros (11.547 milhares de Euros em 31 de dezembro de 2018); e (iii) o montante a receber de 25.191 milhares de Euros, tal como definido pelo regulador ERSE, no quadro das medidas de sustentabilidade do Sistema Elétrico Nacional (31.638 milhares de Euros em 31 de dezembro de 2018).

No saldo da rubrica de “Clientes e outras contas a receber”, em 31 de março de 2019, destaca-se ainda a faturação a emitir da atividade do Gestor de Mercado (MIBEL – Mercado Ibérico de Eletricidade), no montante de 15.807 milhares de Euros (22.722 milhares de Euros em 31 de dezembro de 2018) e o montante a faturar à EDP Distribuição de Energia, S.A., de 186 milhares de Euros (7.975 milhares de Euros em 31 de dezembro de 2018), relativos aos CMEC, também refletidos na rubrica de “Fornecedores e outras contas a pagar” (Nota 19).

Esta transação configura-se como uma transação de “Agente” na demonstração consolidada dos resultados da REN, facto pelo qual se encontra compensada nessa demonstração.

Os movimentos ocorridos na rubrica de “Imparidade de clientes e outras contas a receber” detalha-se como se segue:

	Mar 2019	Dez 2018
Saldo inicial	(2.942)	(3.043)
Alterações do perímetro	-	453
Aumentos	-	(352)
Reversões	-	-
Saldo final	(2.942)	(2.942)

12 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018, o Grupo REN tinha os seguintes instrumentos financeiros derivados contratados:

	Nocional	31 de março de 2019			
		Ativo		Passivo	
		Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Derivados designados como cobertura de fluxos de caixa					
Swaps de taxa de juro	600 000 mEUR	-	-	-	18.452
Swap de taxa de câmbio e de juro	72 899 mEUR	-	11.999	-	-
		-	11.999	-	18.452
Derivados designados como cobertura de justo valor					
Swaps de taxa de juro	400 000 mEUR	-	12.971	-	-
		-	12.971	-	-
Derivados de negociação					
Derivados de negociação	60 000 mEUR	-	-	-	2.874
		-	-	-	2.874
Instrumentos financeiros derivados		-	24.971	-	21.326
	Nocional	31 de dezembro de 2018			
		Ativo		Passivo	
		Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Derivados designados como cobertura de fluxos de caixa					
Swaps de taxa de juro	600 000 mEUR	-	-	-	10.877
Swap de taxa de câmbio e de juro	72 899 mEUR	-	10.940	-	-
		-	10.940	-	10.877
Derivados designados como cobertura de justo valor					
Swaps de taxa de juro	400 000 mEUR	-	10.070	-	-
		-	10.070	-	-
Derivados de negociação					
Derivados de negociação	60 000 mEUR	-	-	-	2.076
		-	-	-	2.076
Instrumentos financeiros derivados		-	21.010	-	12.952

A valorização da carteira de instrumentos financeiros derivados é baseada em avaliações de justo valor efetuadas por entidades externas especializadas.

O valor reconhecido nesta rubrica refere-se a contratos *swap* de taxa de juro e *cross currency swap*, contratados pela REN SGPS com o objetivo de cobrir o risco de flutuação das taxas de juro e câmbio futuras, cujas contrapartes são instituições financeiras internacionais com uma sólida notação de risco de crédito e instituições nacionais de primeira linha.

Estão incluídos nos valores apresentados o valor dos juros corridos, a receber ou a pagar à data de 31 de março de 2019, relativos a estes instrumentos financeiros, no montante líquido a receber de 424 milhares de Euros (à data de 31 de dezembro de 2018 era de 2.136 milhares de Euros a receber).

As características dos instrumentos financeiros derivados contratados associados a operações de financiamento em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018 eram as seguintes:

	Nocional de referência	REN paga	REN recebe	Vencimento	Justo valor em 31 de março de 2019	Justo valor em 31 de dezembro de 2018
Derivados designados como cobertura de fluxos de caixa						
Swaps de taxa de juro	600 000 mEuros	[0,75%;1,266%]	[-0,310%;0,00%] - Taxas variáveis	[Jun-2024;fev-2025]	(18.452)	(10.877)
Swaps de taxa de câmbio e de juro	72 899 mEUR	5,64% (taxa variável a partir de 2019)	2,71%	2024	11.999	10.940
					(6.453)	64
Derivados designados como cobertura de justo valor						
Swaps de taxa de juro	400 000 mEuros	[-0,233%;0,066%] - taxas variáveis	[0,611%;1,724%]	[out-2020; fev-2025]	12.971	10.070
					12.971	10.070
Derivados designados como negociação						
Swaps de taxa de juro	60 000 mEuros	Taxas variáveis a fixar no futuro	[0,00%;0,99%]	2024	(2.874)	(2.076)
					(2.874)	(2.076)
				Total	3.645	8.058

A periodicidade dos fluxos pagos e recebidos da carteira de instrumentos financeiros derivados é trimestral, semestral e anual para os contratos de cobertura da variabilidade dos fluxos de caixa, semestral e anual para os derivados designados como de cobertura de justo valor e semestral para o derivado de negociação.

O escalonamento do nocional de referência dos derivados de cobertura de fluxos de caixa e de justo valor em 31 de março de 2019 é apresentado no quadro seguinte:

	2020	2021	2022	2023	2024	Anos seguintes	Total
Swaps de taxa de juro (cobertura de fluxos de caixa)	-	-	-	-	300.000	300.000	600.000
Swaps de taxa de juro e câmbio (cobertura de fluxos de caixa)	-	-	-	-	72.899	-	72.899
Swaps de taxa de juro (cobertura de justo valor)	100.000	-	-	-	-	300.000	400.000
Swaps de negociação	-	-	-	-	-	60.000	60.000
Total	100.000	-	-	-	372.899	660.000	1.132.899

Swaps:

Cobertura de fluxos de caixa

O Grupo procede à cobertura de uma parcela de pagamentos futuros de juros de dívida através da contratação de *swaps* de taxa de juro em que paga uma taxa fixa e recebe uma taxa variável.

À data de 31 de março de 2019, o nocional dos derivados de cobertura de fluxos de caixa é de 600.000 milhares de Euros (em 31 de dezembro de 2018 era de 600.000 milhares de Euros). Esta é uma cobertura do risco de taxa de juro associado aos pagamentos de juros à taxa variável decorrentes de passivos financeiros reconhecidos. O risco coberto é o indexante da taxa variável ao qual estão associados os juros dos financiamentos. O objetivo desta cobertura é transformar os empréstimos de taxa de juro variável em taxa de juro fixa, sendo que o risco de crédito não se encontra a ser coberto. O justo valor dos *swaps* de taxa de juro, em 31 de março de 2019, é de 18.452 milhares de Euros negativos (em 31 de dezembro de 2018 era de 10.877 milhares de Euros negativos).

Adicionalmente, o Grupo procede à cobertura da sua exposição ao risco de fluxos de caixa da sua emissão obrigacionista de 10.000 milhões de JPY, decorrente do risco cambial, através de um *cross currency swap* com as características principais equivalentes às da dívida emitida. O mesmo instrumento de cobertura é utilizado para uma cobertura de justo valor do risco de taxa de juro da referida emissão obrigacionista através da componente *forward start swap* que só terá início em junho de 2019. As variações de justo valor do instrumento de cobertura encontram-se igualmente a ser diferidas em reservas de cobertura. A partir de junho de 2019, o objetivo será o de cobrir a exposição a JPY e o risco de taxa de juro, transformando a operação numa cobertura de justo valor, passando a registar-se as alterações de justo valor da dívida emitida decorrente dos riscos cobertos, em resultados. O risco de crédito não se encontra coberto.

De referir que são registados na demonstração dos resultados os montantes decorrentes do instrumento de cobertura quando a transação coberta afeta os resultados do exercício.

O justo valor do *cross currency swap*, a 31 de março de 2019, é de 11.999 milhares de Euros positivos (em 31 de dezembro de 2018 era de 10.940 milhares de Euros positivos).

O efeito cambial do subjacente (empréstimo), em 31 de março de 2019, foi desfavorável no montante de 894 milhares de Euros, tendo sido compensado pelo efeito favorável do instrumento de cobertura na demonstração dos resultados do exercício (em 31 de março de 2018 foi desfavorável em 2.180 milhares de Euros).

A componente ineficaz relativa à cobertura de justo valor registada na demonstração da posição financeira, em 31 de março de 2019, foi de 8.257 milhares de Euros (em 31 de dezembro de 2018 era de 7.321 milhares de Euros). Desta forma, o efeito registado na demonstração consolidada dos resultados do período de três meses findo em 31 de março de 2019 ascende a 936 milhares de Euros.

O valor registado em reservas referente às coberturas de fluxos de caixa acima referidas é, a 31 de março de 2019, de 21.493 milhares de Euros (em 31 de dezembro de 2018 era de 13.647 milhares de Euros).

Os movimentos registados na reserva de cobertura foram os seguintes:

	Justo valor	Impacto imposto diferido	Reserva cobertura (Nota 15)
1 de janeiro de 2018	(12.281)	2.580	(9.702)
Varição de justo valor e ineficácia	(1.366)	492	(875)
31 de dezembro de 2018	(13.647)	3.071	(10.577)
1 de janeiro de 2019	(13.647)	3.071	(10.577)
Varição de justo valor e ineficácia	(7.845)	1.765	(6.080)
31 de março de 2019	(21.493)	4.836	(16.657)

Cobertura de justo valor

O Grupo procede à cobertura do risco de taxa de juro associado aos pagamentos de juros a taxa fixa decorrentes das emissões de dívida efetuadas através da contratação de *swaps* de taxa de juro em que paga uma taxa variável e recebe uma taxa fixa.

O nocional dos derivados designados como cobertura de justo valor, em 31 de março de 2019, é de 400.000 milhares de Euros (em 31 de dezembro de 2018 era também de 400.000 milhares de Euros). O risco coberto correspondente à variação do justo valor da dívida atribuíveis a movimentos nas taxas de juro de mercado. O objetivo desta cobertura é transformar os empréstimos de taxa de juro fixa em taxa de juro variável, sendo que o risco de crédito não se encontra a ser coberto.

Em 31 de março de 2019, o justo valor destes *swaps* de taxa de juro designados como cobertura de justo valor é de 12.971 milhares de Euros positivos (em 31 de dezembro de 2018 era de 10.070 milhares de Euros positivos).

As alterações de justo valor da dívida emitida decorrente do risco de taxa de juro são reconhecidas em resultados, por forma a compensar a variação de justo valor do instrumento de cobertura na demonstração dos resultados do exercício.

À data de 31 de março de 2019, a alteração de justo valor da dívida de 400.000 milhares de Euros relativa ao risco de taxa de juro reconhecida em resultados foi de 4.071 milhares de Euros negativos (em 31 de março de 2018 era de 1.336 milhares de Euros positivos), resultando numa componente ineficaz de cerca de 41 milhares de Euros positivos (em 31 de março de 2018 era de 70 milhares de Euros positivos).

Derivados de negociação

O Grupo detém um *forward start swap* de taxa de juro com data de início em 2019 e maturidade em 2024, em que paga uma taxa fixa e recebe uma taxa variável.

Este instrumento, apesar de não designado como de cobertura de acordo com a IFRS 9, encontra-se a efetuar a cobertura económica do risco de flutuação das taxas de juro futuras para o período considerado.

O nocional deste derivado de negociação é de 60.000 milhares de Euros à data de 31 de março de 2019 (em 31 de dezembro de 2018 era de 60.000 milhares de Euros). Esta é uma cobertura do risco de taxa de juro associado aos pagamentos futuros de juros à taxa variável decorrente dos passivos financeiros do Grupo. O risco coberto é o indexante da taxa variável ao qual

estão associados os juros dos financiamentos. O objetivo desta cobertura é transformar os fluxos de taxa de juro variável em taxa de juro fixa, sendo que o risco de crédito não se encontra a ser coberto. O justo valor do derivado de negociação, em 31 de março de 2019, é de 2.874 milhares de Euros negativos (em 31 de dezembro de 2018 era de 2.076 milhares de Euros negativos).

As variações de justo valor do derivado de negociação são registadas diretamente em resultados do exercício. O impacto nos resultados do período de três meses findo em 31 de março de 2019, relativo ao efeito do justo valor do derivado de negociação, foi um gasto de 798 milhares de Euros (a 31 de março de 2018 foi registado um rendimento de 66 milhares de Euros).

13 CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

Em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a rubrica de "Caixa e equivalentes de caixa" é como se segue:

	Mar 2019	Dez 2018
Caixa	25	-
Depósitos bancários	20.511	35.735
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração da posição financeira	20.536	35.735
Descobertos bancários (Nota 16)	(346)	(1.638)
Caixa e equivalentes de caixa nos fluxos de caixa	20.189	34.096

14 CAPITAL SOCIAL, AÇÕES PRÓPRIAS E PRÉMIO DE EMISSÕES DE AÇÕES

Em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018, o capital social da REN encontra-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 667.191.262 ações com o valor nominal de 1 Euro cada:

	Mar 2019		Dez 2018	
	Número de ações	Capital Social	Número de ações	Capital Social
Capital Social	667.191.262	667.191	667.191.262	667.191

Em 31 de março de 2019, a REN SGPS detinha as seguintes ações em carteira:

	Número de ações	Percentagem de capital social	Valor
Ações próprias	3.881.374	0,6%	(10.728)

Não houve aquisição ou venda de ações próprias no período de três meses findo em 31 de março de 2019.

De acordo com o Código das Sociedades Comerciais, a REN SGPS tem de garantir em cada momento a existência de reservas no Capital Próprio para cobertura do valor das ações próprias, limitando o valor das reservas disponíveis para distribuição.

15 RESERVAS E RESULTADOS ACUMULADOS

A rubrica de "Reservas" no montante de 321.695 milhares de Euros inclui:

- Reserva legal: De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual, se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital. Em 31 de março de 2019, esta rubrica ascende a 113.152 milhares de Euros;
- Reserva de justo valor: Inclui as variações nos investimentos em instrumentos de capital próprio a justo valor por outro rendimento integral (55.634 milhares de Euros positivos), conforme detalhado na Nota 10;
- Reserva de cobertura: Inclui as variações do justo valor dos instrumentos financeiros derivados de cobertura na parte em que a cobertura dos fluxos de caixa é efetiva (16.657 milhares de Euros negativos), os quais encontram-se detalhados na Nota 12; e
- Outras reservas: Esta rubrica é movimentada pela (i) aplicação dos resultados dos exercícios, sendo passível de distribuição aos acionistas, exceto quanto à limitação definida pelo Código das Sociedades Comerciais no que respeita às ações próprias, (ii) variação cambial associada a participação financeira cuja moeda funcional é distinta do Euro, (iii) variação do capital próprio de entidades participadas, registadas pelo método de equivalência patrimonial e (iv) plano de atribuição de ações. Em 31 de março de 2019, esta rubrica ascende a 169.567 milhares de Euros.

De acordo com a legislação em vigor em Portugal: (i) os incrementos decorrentes da adoção de justo valor (reservas de justo valor e reservas de cobertura) apenas poderão ser distribuídos aos acionistas quando os elementos ou direitos que lhe deram origem sejam alienados, exercidos, extintos, liquidados ou quando se verifique o seu uso; e (ii) os rendimentos e outras variações patrimoniais positivas reconhecidos em consequência da utilização do método da equivalência patrimonial apenas relevam para poderem ser distribuídos aos sócios quando sejam realizados. A legislação vigente em Portugal estabelece ainda que a diferença entre o resultado apropriado pela aplicação do método da equivalência patrimonial e o montante de dividendos pagos ou deliberados referentes às mesmas participações seja equiparada a reservas legais.

16 EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

A alocação dos empréstimos quanto à sua maturidade (corrente e não corrente) e por natureza de empréstimo, em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018, é como se segue:

	Mar 2019			Dez 2018		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Empréstimos obrigacionistas	30.000	1.712.531	1.742.531	30.000	1.738.207	1.768.207
Empréstimos bancários	50.160	555.661	605.822	200.134	556.430	756.564
Papel comercial	312.000	-	312.000	180.000	-	180.000
Descobertos bancários (Nota 13)	346	-	346	1.638	-	1.638
Locações financeiras	1.345	2.526	3.871	1.557	2.776	4.333
	393.851	2.270.719	2.664.570	413.329	2.297.413	2.710.742
Juros a pagar - empréstimos	19.060	-	19.060	24.555	-	24.555
Juros pagos (antecipação)	(6.185)	(21.151)	(27.336)	(6.482)	(22.474)	(28.956)
Empréstimos	406.727	2.249.568	2.656.294	431.401	2.274.939	2.706.340

Os empréstimos obtidos apresentavam o seguinte plano de reembolso previsto:

	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Anos seguintes	Total
Dívida - Não Corrente	-	330.318	114.261	99.125	608.582	207.285	911.146	2.270.719
Dívida - Corrente	363.080	30.771	-	-	-	-	-	393.851
	363.080	361.089	114.261	99.125	608.582	207.285	911.146	2.664.570

O detalhe dos empréstimos obrigacionistas em 31 de março de 2019 é o seguinte:

31 de março de 2019					
Data da Emissão	Data de Reembolso	Montante inicial	Capital em dívida	Taxa de juro	Periodicidade de pagamento de juros
Emissões ao abrigo do Programa 'Euro Medium Term Notes'					
26/06/2009	26/06/2024	mEUR 72.899 (i) (ii)	mEUR 72.899	Taxa fixa	Semestral
16/01/2013	16/01/2020	mEUR 150.000 (i)	mEUR 30.000	Taxa variável	Trimestral
17/10/2013	16/10/2020	mEUR 400.000 (ii)	mEUR 267.755	Taxa fixa EUR 4,75%	Anual
12/02/2015	12/02/2025	mEUR 300.000 (ii)	mEUR 500.000	Taxa fixa EUR 2,50%	Anual
01/06/2016	01/06/2023	mEUR 550.000	mEUR 550.000	Taxa fixa EUR 1,75%	Anual
18/01/2018	18/01/2028	mEUR 300.000	mEUR 300.000	Taxa fixa EUR 1,75%	Anual

(i) Estas emissões correspondem a colocações privadas.

(ii) Estas emissões têm associados *swaps* de taxa de juro e/ou de taxa de câmbio.

Em 31 de março de 2019, o Grupo detém cinco programas de papel comercial no valor de 1.050.000 milhares de Euros, estando disponíveis para utilização 738.000 milhares de Euros. Do valor total dos programas de papel comercial, 530.000 milhares de Euros possuem garantia de colocação.

Na rubrica empréstimos bancários destacam-se os empréstimos contratados com o Banco Europeu de Investimento (BEI) que, em 31 de março de 2019, ascendiam a 410.822 milhares de Euros (em 31 de dezembro de 2018 era de 409.388 milhares de Euros).

O Grupo tem ainda 87.500 milhares de Euros em linhas de crédito contratadas e não utilizadas com vencimentos até um ano, sendo renováveis periodicamente de forma automática (caso não sejam denunciadas no período contratualmente estipulado para o efeito).

O saldo da rubrica juros pagos (antecipação) inclui o montante de 20.413 milhares de Euros (em 31 de dezembro de 2018 era de 21.617 milhares de Euros) relacionados com o refinanciamento de emissões obrigacionistas através de uma *Exchange Offer*, realizado durante o exercício de 2016.

Decorrente da cobertura de justo valor efetuada sobre a emissão de dívida de 400.000 milhares de Euros (Nota 12), foi reconhecida a alteração de justo valor dessas emissões relativa ao risco de taxa de juro diretamente em resultados, no montante de 4.071 milhares de Euros negativos (em 31 de março de 2018 era de 1.336 milhares de Euros positivos).

Os passivos financeiros do Grupo apresentam os seguintes *covenants* principais: *Cross default*, *Pari Passu*, *Negative Pledge*, rácios de *Leverage* e *Gearing* (rácio que relaciona o capital próprio total consolidado com o valor total dos ativos concessionados do Grupo). O rácio de *Gearing* do Grupo cumpre confortavelmente os limites definidos contratualmente estando 90% acima do valor mínimo.

Os financiamentos celebrados com o BEI incluem ainda *covenants* relacionados com notações de *rating* e outros rácios financeiros em que o Grupo pode ser chamado a prestar uma garantia aceitável para o BEI, no caso de verificação dos rácios ou notações de *rating* abaixo dos níveis estipulados.

O Grupo e as suas subsidiárias são parte em alguns contratos de financiamento e emissões de dívida, que incluem cláusulas de alteração de controlo típicas neste tipo de transações (abrangendo, ainda que de forma não expressa, alterações de controlo em resultado de ofertas públicas de aquisição) e essenciais para a concretização de tais transações no respetivo contexto de mercado. Em qualquer caso, a aplicação prática destas cláusulas é limitada considerando as restrições legais à titularidade de ações da REN.

Segundo normas legais relativas à concorrência, termos contratuais e práticas usuais de mercado nem a REN nem as suas contrapartes em contratos de financiamento estão autorizadas a divulgar outras informações relativamente às características das respetivas operações de financiamento.

Locações

Os pagamentos mínimos das locações financeiras e o valor atual do passivo das locações financeiras em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018 são detalhados conforme se segue:

	Mar 2019	Dez 2018
Locações Financeiras - pagamentos mínimos da locação		
Até 1 ano	1.372	1.583
Entre 1 e 5 anos	2.558	2.813
	3.930	4.396
Custos financeiros futuros das locações financeiras	(59)	(63)
Valor atual do passivo das locações financeiras	3.871	4.333

	Mar 2019	Dez 2018
Valor atual das Locações financeiras		
Até 1 ano	1.345	1.557
Entre 1 e 5 anos	2.526	2.776
	3.871	4.333

17 OBRIGAÇÕES DE BENEFÍCIOS DE REFORMA E OUTROS

A REN – Rede Eléctrica Nacional, S.A. concede complementos de pensões de reforma, pré-reforma e sobrevivência (daqui em diante referido como Plano de Pensões) e assegura aos seus reformados e pensionistas, em condições similares aos trabalhadores no ativo, um plano de cuidados médicos concedendo, ainda, outros benefícios como prémios de antiguidade, de reforma e subsídio de morte (descrito como “Outros benefícios”). O benefício do prémio de antiguidade é extensível às restantes empresas do Grupo.

Em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018, o Grupo tinha registado os seguintes montantes relativos a responsabilidades com benefícios de reforma e outros benefícios:

	Mar 2019	Dez 2018
Obrigações na demonstração da posição financeira		
Plano de pensões	54.360	56.904
Cuidados médicos e outros benefícios	41.419	41.384
	95.779	98.288

Durante os períodos de três meses findos em 31 de março de 2019 e 2018, foram reconhecidos os seguintes gastos operacionais, relativos a planos de benefícios com os empregados:

	Mar 2019	Mar 2018
Gastos na demonstração dos resultados (Nota 24)		
Plano de pensões	792	1.074
Cuidados médicos e outros benefícios	311	324
Total de Gastos na demonstração dos resultados	1.103	1.398

Os valores reportados em 31 de março de 2019 e 2018 resultam da projeção da avaliação atuarial efetuada a 31 de dezembro de 2018 e 2017, para o período de três meses findo em 31 de março de 2019 e 2018, considerando a estimativa de salários para o ano de 2019 e 2018, respetivamente.

Os pressupostos atuariais utilizados no cálculo dos benefícios pós-emprego são os considerados pelo Grupo REN e pela entidade especializada em estudos atuariais como aqueles que melhor satisfazem os compromissos estabelecidos no plano de pensões e as respetivas responsabilidades com benefícios de reforma, detalhados como se segue:

	Dez 2018	Dez 2017
Taxa anual de desconto	1,80%	1,80%
Percentagem expectável de ativos elegíveis para reforma antecipada (mais de 60 anos e 36 anos de serviço) - ao abrigo do ACT	20,00%	20,00%
Percentagem expectável de ativos elegíveis para reforma antecipada por actos de gestão	10,00%	20,00%
Taxa anual de crescimento dos salários	2,50%	2,50%
Taxa anual de crescimento das pensões	1,50%	1,50%
Taxa anual de crescimento das pensões da Segurança Social	1,30%	0,80%
Taxa de inflação	1,50%	1,50%
Taxa anual de crescimento de custos com saúde	1,50%	1,80%
Despesas de gestão (por funcionário/ano)	€290	€306
Taxa de crescimento das despesas de gestão	1,50%	1,50%
Idade de reforma (número de anos)	66	66
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90

18 PROVISÕES PARA OUTROS RISCOS E ENCARGOS

A evolução das provisões durante os períodos findos em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018 é a seguinte:

	Mar 2019	Dez 2018
Saldo inicial	8.852	9.035
Variações de perímetro	-	(20)
Aumentos	-	511
Reversão	-	(210)
Utilizações	(56)	(464)
Saldo final	8.796	8.852
Provisão não corrente	8.796	8.852
	8.796	8.852

Em 31 de março de 2019, a rubrica de provisões refere-se, essencialmente, à estimativa de pagamentos a serem efetuados pela REN decorrentes de processos judiciais em curso por danos causados a terceiros e uma provisão para reestruturação no montante de 486 milhares de Euros relativa ao processo de reestruturação do Grupo em curso.

19 FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

A rubrica de “Fornecedores e outras contas a pagar” em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018 apresenta o seguinte detalhe:

	Mar 2019			Dez 2018		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Fornecedores						
Fornecedores conta corrente (Nota 9)	163.936	-	163.936	208.416	-	208.416
Outros credores						
Credores diversos (Nota 9)	202.061	54.536	256.597	54.935	49.474	104.409
Desvios tarifários (Nota 9)	43.666	74.515	118.182	56.814	63.608	120.423
Fornecedores de investimento (Nota 9)	15.534	-	15.534	52.213	-	52.213
Estado e outros entes públicos (Nota 9) (i)	19.505	-	19.505	24.404	-	24.404
Proveitos diferidos						
Subsídios ao investimento	17.776	251.850	269.626	17.803	254.661	272.465
Acréscimos de custos						
Férias e subsídios e outros encargos férias (Nota 9)	6.846	-	6.846	5.331	-	5.331
Fornecedores e outras contas a pagar	469.325	380.901	850.226	419.917	367.743	787.661

(i) Os saldo de Estado e outros entes públicos referem-se a valores a liquidar de IVA, IRS e outros impostos.

Na composição dos saldos das contas a pagar a fornecedores, onde se incluem créditos diversos no âmbito da atividade do Grupo, destacam-se os seguintes: (i) o montante de 20.942 milhares de Euros, referentes à gestão dos CAE da Turbogás e Tejo Energia (54.796 milhares de Euros em 31 de dezembro de 2018); o montante de 12.015 milhares de Euros de projetos de investimento ainda não faturados (14.603 milhares de Euros em 31 de dezembro de 2018); e (iii) o montante de 15.807 milhares de Euros (22.722 milhares de Euros em 31 de dezembro de 2018) da atividade do Gestor de Mercado (MIBEL – Mercado Ibérico de Eletricidade) e (iv) o montante de 186 milhares de Euros do “CMEC – Custo para a Manutenção do Equilíbrio Contratual” a faturar pela EDP – Gestão da Produção de Energia, S.A., (7.975 milhares de Euros em 31 de dezembro de 2018), também refletidos na rubrica de “Clientes e outras contas a receber” (Nota 11).

Esta transação configura uma transação de “Agente” na demonstração consolidada dos resultados da REN, facto pelo qual se encontra compensada nessa demonstração.

A rubrica de “Credores diversos” inclui: (i) 24.581 milhares de Euros (25.682 milhares de Euros em 31 de dezembro de 2018) relativo ao Plano de Promoção da Eficiência no Consumo de Energia Elétrica (“PPEC”), que visa apoiar financeiramente iniciativas que promovam a eficiência e redução do consumo de eletricidade, que deverá ser utilizado para financiar projetos de eficiência energética, de acordo com as métricas de avaliação definidas pela ERSE e (ii) a responsabilidade referente à contribuição extraordinária sobre o setor energético no montante de 24.390 milhares de Euros (Nota 27) (em 31 de março de 2018 era de 25.333 milhares de Euros).

20 VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

O montante de vendas e prestações de serviços reconhecido na demonstração consolidada dos resultados, é detalhado como se segue:

	Mar 2019	Mar 2018
Vendas de Materiais		
Mercado interno	-	8
	-	8
Prestações de Serviços - Mercado Interno		
Transporte de eletricidade e gestão global do sistema	86.736	88.587
Transporte de gás natural	20.000	24.292
Distribuição de gás natural	14.687	15.906
Armazenamento de gás natural	11.348	7.609
Regaseificação	3.870	3.546
Rede de telecomunicações □	1.509	1.561
Margem do Agente Comercial - REN Trading	838	2.168
Outros	96	1.242
	139.084	144.911
Total das Vendas e Prestações de serviços	139.084	144.919

21 RENDIMENTOS E GASTOS DE CONSTRUÇÃO

No âmbito dos contratos de concessão enquadráveis na IFRIC 12, a atividade de construção é subcontratada externamente a entidades especializadas. Por conseguinte, o Grupo REN não tem qualquer margem na construção dos ativos afetos à concessão. O detalhe do réditto e dos encargos com a aquisição dos ativos concessionados nos períodos de três meses findos em 31 de março de 2019 e 2018 é como se segue:

	Mar 2019	Mar 2018
Rendimentos de construção - ativos de concessão		
Aquisições	12.338	9.656
Trabalhos para a própria empresa:		
Encargos financeiros (Nota 5)	566	410
Encargos de estrutura, gestão e outros (Nota 5)	3.899	3.815
	16.803	13.881
Gastos de construção - ativos de concessão		
Aquisições	12.338	9.656
	12.338	9.656

22 OUTROS RENDIMENTOS OPERACIONAIS

A rubrica de “Outros rendimentos operacionais” é apresentada como se segue:

	Mar 2019	Mar 2018
Reconhecimento de subsídios ao investimento	4.463	4.503
Taxa de ocupação do subsolo	3.967	3.687
Proveitos suplementares	285	472
Alienação de materiais inutilizados	570	1.165
Outros	367	108
	9.652	9.935

23 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2019 e 2018 apresentava o seguinte detalhe:

	Mar 2019	Mar 2018
Comissões a entidades externas i)	2.154	3.447
Custos com energia elétrica	2.183	1.613
Custos de manutenção	1.678	1.165
Custos de interligação - <i>cross border</i> ii)	828	1.226
Custos com seguros	672	689
Vigilância e segurança	469	499
Subcontratos de transporte de gás	378	798
Deslocações e estadas	165	259
Custos com publicidade e comunicação	183	222
Outros	789	824
Fornecimentos e serviços externos	9.499	10.743

i) As comissões pagas a entidades externas referem-se a trabalhos especializados e honorários pagos pela REN por prestação de serviços contratualizados e estudos especializados.

ii) Os custos de interligação – *cross border* - representam o custo das trocas comerciais transfronteiriças.

24 GASTOS COM PESSOAL

A rubrica de "Gastos com o pessoal" decompõe-se da seguinte forma:

	Mar 2019	Mar 2018
Remunerações:		
Órgãos sociais	727	692
Pessoal	9.158	8.789
	9.885	9.481
Encargos sociais e outros gastos:		
Encargos sobre remunerações	1.976	1.900
Custos com benefícios de reforma e outros (Nota 17)	1.103	1.398
Custos de ação social	524	541
Outros	49	42
	3.653	3.880
Total de Gastos com o pessoal	13.537	13.361

As remunerações dos órgãos sociais incluem as remunerações do Conselho de Administração da REN SGPS e outras empresas do grupo, bem como as remunerações auferidas pela Mesa da Assembleia Geral.

25 OUTROS GASTOS OPERACIONAIS

O detalhe da rubrica de "Outros gastos operacionais" é como se segue:

	Mar 2019	Mar 2018
Custos de funcionamento da ERSE i)	2.553	2.432
Taxa de ocupação do subsolo	3.967	3.641
Donativos e quotizações	471	541
Impostos	250	128
Outros	72	201
	7.313	6.943

i) A rubrica de Custos de funcionamento da ERSE refere-se a débitos efetuados pela ERSE a recuperar através das tarifas de eletricidade e do gás.

26 GASTOS DE FINANCIAMENTO E RENDIMENTOS FINANCEIROS

O detalhe dos gastos incorridos com financiamentos e rendimentos financeiros obtidos é como se segue:

	Mar 2019	Mar 2018
Gastos de financiamento		
Empréstimos obrigacionistas	12.512	12.569
Outros empréstimos	2.596	3.737
Papel comercial	912	947
Instrumentos financeiros derivados	1.069	10
Outros gastos financeiros	438	683
	17.526	17.946
Rendimentos financeiros		
Instrumentos financeiros derivados	910	797
Outros investimentos financeiros	1.071	150
Juros obtidos	-	25
	1.981	972

27 CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA SOBRE O SETOR ENERGÉTICO

A Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, veio introduzir uma contribuição específica sobre as entidades que operam no ramo da energia, denominada Contribuição Extraordinária sobre o Sector Energético (CESE), tendo sido prorrogada pela Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, pela Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro e pela Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro.

O regime criado visa financiar mecanismos que promovam a sustentabilidade sistémica do setor, através da constituição de um fundo com o principal objetivo de redução do défice tarifário. Encontram-se sujeitas a este regime, entre outras, as entidades que sejam concessionárias das atividades de transporte ou de distribuição de eletricidade e gás natural.

O cálculo da CESE incide sobre o valor dos elementos do ativo com referência ao primeiro dia do exercício económico de 2019 (1 de janeiro de 2019) que respeitem, cumulativamente, a Ativos fixos tangíveis, Ativos intangíveis, com exceção dos elementos da propriedade industrial, e Ativos financeiros afetos a concessões ou a atividades Licenciadas. No caso das atividades reguladas, a CESE incide sobre o valor dos ativos regulados, (isto é, o valor reconhecido pela ERSE para efeitos de apuramento dos proveitos permitidos, com referência a 1 de janeiro de 2019) caso este seja superior ao valor dos ativos referidos, sobre os quais é aplicada a taxa de 0,85%.

Na medida em que se trata de uma obrigação presente cujos factos originários já ocorreram, tendo tempestividade e quantia certas ou determinável, a REN reconheceu um passivo no montante de 24.390 milhares de Euros (Nota 19) (no período de três meses findo em 31 de março de 2018 foi de 25.333 milhares de Euros), por contrapartida de um gasto na demonstração consolidada dos resultados.

28 RESULTADO POR AÇÃO

Os resultados por ação atribuíveis aos detentores do capital do Grupo foram calculados como se segue:

		Mar 2019	Mar 2018
Resultado líquido consolidado considerado no cálculo do resultado por ação	(1)	13.243	13.073
Nº de ações ordinárias em circulação no período (Nota 14)	(2)	667.191.262	667.191.262
Efeito das ações próprias (Nota 14)		3.881.374	3.881.374
Nº de ações no período	(3)	663.309.888	663.309.888
Resultado básico por ação (euro por ação)	(1)/(3)	0,02	0,02

Pelo facto de não existirem situações que originem diluição, o resultado líquido por ação diluído é igual ao resultado por ação básico.

29 DIVIDENDOS POR AÇÃO

No dia 3 de maio de 2018, foi aprovada em Assembleia Geral a distribuição de dividendos aos acionistas, em função do resultado de exercício de 2017, no montante de 114.090 milhares de Euros (0,171 Euros por ação), incluindo o dividendo atribuível às ações próprias no montante de 664 milhares de Euros, tendo sido pago aos acionistas o montante de 113.426 milhares de Euros.

30 ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

30.1 Passivos Contingentes

A Tejo Energia – Produção e Distribuição de Energia Eléctrica, S.A. (“Tejo Energia”) manifestou junto da REN – Rede Eléctrica Nacional, S.A. (“REN Eléctrica”) e da REN Trading S.A. (“REN Trading”) a sua intenção de renegociar o Contrato de Aquisição de Energia (CAE), de forma a refletir nos montantes a pagar a este produtor os custos incorridos com (i) o financiamento da tarifa social e (ii) com o imposto sobre produtos petrolíferos e energéticos e com a taxa de carbono. A Turbogás – Produtora Energética S.A. manifestou também a sua intenção de renegociar o CAE, de forma a refletir nos montantes a pagar os custos incorridos com o financiamento da tarifa social. De acordo com os CAE, a Tejo Energia e a Turbogás atuam na qualidade de produtores e vendedores e a REN Trading na qualidade de comprador da energia produzida nas centrais eléctricas. A REN Eléctrica é solidariamente responsável com a REN Trading, no que respeita à execução do CAE perante a Tejo Energia e a Turbogás.

De acordo com as informações recebidas, os custos totais em causa suportados por estas empresas até 2018 ascendem a cerca de 62 milhões de Euros. Por parte da REN, foi transmitida a necessidade de o regulador - ERSE - acompanhar as negociações, atenta a natureza eminentemente regulada dos contratos em causa.

30.2 Garantias prestadas

Em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018, o Grupo tem garantias prestadas às seguintes entidades:

Beneficiário	Objecto	Mar 2019	Dez 2018
BEI	Para garantir empréstimos	237.374	238.143
Direcção Geral de Geologia e Energia	Cumprimento das obrigações de Contratos de Concessão	23.032	23.032
Tribunal da Comarca de Lisboa	Garantir a suspensão do prosseguimento do processo de execução pendente	10.707	10.707
Juiz de Direito do Tribunal de Comarca	Caucionar a expropriação de terrenos	5.549	5.549
Autoridade Tributária e Aduaneira	Garantir a suspensão de processo de execução fiscal	8.416	5.229
Câmara Municipal do Seixal	Garantia de processos em curso	3.133	2.777
Estado Português	Cumprimento das obrigações de Contratos de Concessão	2.185	2.185
Câmara Municipal da Maia	Garantia de processos em curso	1.564	1.564
Câmara Municipal de Odivelas	Garantia de processos em curso	1.119	1.119
Câmara Municipal de Matosinhos	Garantir a liquidação de dívida exequenda e de processos em curso	-	817
Câmara Municipal do Porto	Garantia de processos em curso	368	368
Câmara Municipal de Silves	Garantia de processos em curso	352	352
NORSCUT - Concessionária de Auto-estradas	Assegurar o cumprimento das obrigações assumidas, decorrentes de obras	200	200
EP - Estradas de Portugal	Garantia de processos em curso	169	95
Outros (inferiores a 100 milhares de euros)	Garantia de processos em curso	146	220
		294.316	292.359

31 PARTES RELACIONADAS

Principais acionistas e ações detidas pelos membros dos órgãos sociais

Com referência a 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a estrutura acionista do Grupo REN é a seguinte:

	Mar 2019		Dez 2018	
	Número de ações	%	Número de ações	%
State Grid Europe Limited (Grupo State Grid)	166.797.815	25,0%	166.797.815	25,0%
Mazoon B.V. (Grupo Oman Oil Company S.A.O.C.)	80.100.000	12,0%	80.100.000	12,0%
Lazard Asset Management LLC	46.611.245	7,0%	46.611.245	7,0%
Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	35.496.424	5,3%	35.496.424	5,3%
Red Eléctrica Internacional, S.A.U.	33.359.563	5,0%	33.359.563	5,0%
The Capital Group Companies, Inc.	24.355.192	3,7%	25.365.000	3,8%
Great-West Lifeco, Inc.	17.794.967	2,7%	17.794.967	2,7%
Ações próprias	3.881.374	0,6%	3.881.374	0,6%
Outros	258.794.682	38,8%	257.784.874	38,6%
	667.191.262	100%	667.191.262	100%

Remunerações do Conselho de Administração

O Conselho de Administração da REN, SGPS foi considerado, de acordo com a IAS 24, como sendo os únicos elementos “chave” da gestão do grupo.

Durante o período de três meses findo em 31 março de 2019, as remunerações auferidas pelo Conselho de Administração da REN, SGPS ascenderam a 604 milhares de Euros (580 milhares de Euros em 31 de março de 2018), conforme quadro seguinte:

	Mar 2019	Mar 2018
Remuneração e outros benefícios de curto prazo	390	366
Prémio de gestão (estimativa)	214	214
	604	580

Transações de ações por membros do Conselho de Administração

Não ocorreram situações de transações efetuadas por membros dos órgãos sociais, face às demonstrações consolidadas da REN, em 31 de dezembro de 2018.

Transações com sociedades em relação de domínio ou de grupo

No exercício da sua atividade, a REN realiza transações com entidades do Grupo ou com entidades em relação de domínio. Os termos e condições praticadas entre a REN e as suas partes relacionadas são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

No processo de consolidação, os montantes relativos às transações realizadas e os saldos por liquidar são eliminados (Nota 3.2) nas demonstrações financeiras consolidadas.

As principais transações realizadas entre empresas do Grupo REN foram: (i) financiamentos e suprimentos concedidos pela Empresa-mãe, no âmbito da gestão corrente dos mesmos; e (ii) serviços partilhados pelo Grupo, nomeadamente, serviços jurídicos, administrativos e de informática.

Saldos e transações com acionistas, empresas associadas e outras partes relacionadas

Durante os períodos de três meses findos em 31 de março de 2019 e 2018, o Grupo REN efetuou as seguintes transações com acionistas de referência, detentores de participações qualificadas e entidades associadas:

Rendimentos

	Mar 2019	Mar 2018
<u>Vendas e prestações de serviços</u>		
Faturação emitida - REE	643	596
Faturação emitida - Centro de Investigação em Energia REN - State Grid	85	95
	728	691

Gastos

	Mar 2019	Mar 2018
<u>Fornecimentos e serviços externos</u>		
Faturação recebida - REE	2.058	1.540
Faturação recebida - Centro de Investigação em Energia REN - State Grid	-	1
Faturação recebida - CMS Rui Pena & Arnaut ¹	35	64
	2.093	1.605

¹ Entidade relacionada com o Administrador José Luís Arnaut

Saldos

Nos períodos findos em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018, os saldos resultantes de transações efetuadas com partes relacionadas são como se segue:

	Mar 2019	Dez 2018
<u>Cientes e outras contas a receber</u>		
Centro de Investigação em Energia REN - State Grid - Outros devedores	5	25
REE - Clientes	200	193
	205	218
<u>Fornecedores e outras contas a pagar</u>		
Centro de Investigação em Energia REN - State Grid - Outros credores	1	165
REE - Fornecedores	238	1.051
CMS - Rui Pena & Arnaut - saldo em fornecedores ¹	30	16
	269	1.232

¹ Entidade relacionada com o Administrador José Luís Arnaut

32 EVENTOS SUBSEQUENTES

Após a data da demonstração da posição financeira, não ocorreram eventos que dessem origem a ajustamentos ou divulgações adicionais nas demonstrações financeiras consolidadas da Empresa do período de três meses findo em 31 de março de 2019.

O Contabilista Certificado

Pedro Mateus

O Conselho de Administração

Rodrigo Costa

(Presidente do Conselho de Administração e da Comissão Executiva)

Omar Al Wahaibi

(Vogal do Conselho de Administração)

João Faria Conceição

(Vogal do Conselho de Administração e Membro da Comissão Executiva)

Jorge Magalhães Correia

(Vogal do Conselho de Administração)

Gonçalo Morais Soares

(Vogal do Conselho de Administração e Membro da Comissão Executiva)

Manuel Sebastião

(Vogal do Conselho de Administração e Presidente da Comissão de Auditoria)

Guangchao Zhu

(Vice-Presidente do Conselho de Administração designado pela State Grid International Development Limited)

Gonçalo Gil Mata

(Vogal do Conselho de Administração e Membro da Comissão de Auditoria)

Mengrong Cheng

(Vogal do Conselho de Administração)

Maria Estela Barbot

(Vogal do Conselho de Administração e Membro da Comissão de Auditoria)

Li Lequan

(Vogal do Conselho de Administração)

José Luis Arnaut

(Vogal do Conselho de Administração)

Nota: As restantes folhas do presente Relatório e Contas foram rubricadas pelos membros da Comissão Executiva e pelo Contabilista Certificado, Pedro Mateus.